



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNNA FERNANDES DE ALCÂNTARA

**A CRIAÇÃO DO ESTADO PALESTINO E A ALEGADA
AMEAÇA AO ESTADO DE ISRAEL: uma análise pós-
positivista dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense
Ariel Sharon.**

JOÃO PESSOA – PB
2014

BRUNNA FERNANDES DE ALCÂNTARA

**A CRIAÇÃO DO ESTADO PALESTINO E A ALEGADA
AMEAÇA AO ESTADO DE ISRAEL: uma análise pós-
positivista dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense
Ariel Sharon.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Maielo Silva

JOÃO PESSOA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A347c Alcântara, Brunna Fernandes de

A criação do Estado palestino e a alegada ameaça ao Estado de Israel [manuscrito] : uma análise pós-positivista dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense Ariel Sharon / Brunna Fernandes de Alcântara. - 2014.

71 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Pós-positivismo. 2. Análise de discurso. 3. Ariel Sharon.
I. Título.

21. ed. CDD 327.16

BRUNNA FERNANDES DE ALCÂNTARA

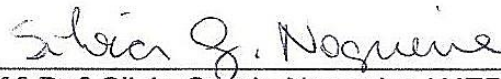
**A CRIAÇÃO DO ESTADO PALESTINO E A ALEGADA
AMEAÇA AO ESTADO DE ISRAEL: uma análise pós-
positivista dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense
Ariel Sharon.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovada em: 01/08/2014



Prof.^a Dr.^a Ana Paula Maielo Silva / UEPB
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Sílvia Garcia Nogueira / UEPB
Examinadora



Prof. Dr. Filipe Reis Melo / UEPB
Examinador

À todos os palestinos e israelenses que morreram em busca da paz e àqueles que continuam lutando por ela, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e sabedoria para concluir mais esta etapa da minha vida.

A Universidade Estadual da Paraíba, seu corpo docente, direção e administração pelas oportunidades de crescimento oferecidas durante este curso.

A minha orientadora, Ana Paula Maielo Silva, pelas leituras sugeridas, apoio e dedicação a este trabalho.

Aos meus pais, Elizabeth e Edimar, que nunca mediram esforços para me proporcionar a melhor educação possível, sempre me incentivaram a seguir os meus sonhos e superar os meus obstáculos.

Ao meu irmão Douglas, por compreender a importância deste trabalho e por ter me auxiliado em sua elaboração.

Ao meu namorado Herbert Gomes, pelo auxílio e incentivo durante o curso e principalmente durante a conclusão deste trabalho.

A minha amiga Renally Nascimento, pelos conselhos, incentivos e todos os momentos inesquecíveis durante nossa graduação.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigada.

“General, your tank is a powerful vehicle
It smashes down forests and crushes a hundred
men.
But it has one defect:
It needs a driver...
General, man is very useful.
He can fly and he can kill.
But he has one defect:
He can think.”

(Bertolt Brecht, In: KIMMERLING, Baruch. Politicide:
The real legacy of Ariel Sharon, 2ª edição, New
York/London: Verso, 2006, p.173)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar, nos discursos do ex-primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, as tentativas de associar a criação de um Estado palestino à ameaça a segurança do Estado de Israel. Dessa forma, optou-se por utilizar a análise de discurso como método de pesquisa, pautando-se na abordagem pós-positivista das Relações Internacionais. No primeiro momento, faz-se uma discussão sobre a abordagem pós-positivista, contextualizando a sua utilização na disciplina de Relações Internacionais. Ademais, são apresentadas as críticas pós-positivistas às teorias tradicionais das Relações Internacionais, bem como os novos métodos de pesquisa e as novas perspectivas e temas estudados. Ainda, são contempladas as perspectivas de Rob Walker (1995) sobre o binômio “dentro/fora” e o Estado soberano, demonstrando como este binômio e a concepção tradicional de Estado soberano influenciaram na criação das teorias tradicionais das Relações Internacionais e como as narrativas disseminadas pelos estudiosos dessas teorias conseguiram permanecer como dominantes por vários anos. Em seguida, dá-se destaque a três temas essenciais para este trabalho: as novas abordagens sobre os discursos e questões de segurança, apresentados por Rob Walker (1997); a importância da construção da identidade, em especial a construção do “eu” e do “outro” para os discursos sobre segurança, defendidos por Lene Hansen (1996) e David Campbell (1992, *apud*, BARROS, 2006); e as políticas de exceção como ações de defesa do Estado, apresentados por Carl Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008). Posteriormente, aborda-se a metodologia da análise de discurso, dando ênfase à desconstrução de Jacques Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), à sistematização da análise de discurso elaborada por Lene Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012). Por fim, apresenta-se a análise dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, mostrando as características utilizadas por ele para retratar a identidade dos palestinos, definindo-os em seus discursos de segurança como inimigos do Estado de Israel e utilizando esta definição como forma de legitimar políticas de exceção e de dificultar a criação do Estado palestino.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-positivismo. Análise de discurso. Ariel Sharon.

ABSTRACT

This academic work focuses to identify, in the speeches of former Israeli Prime Minister, Ariel Sharon, attempts to involve the creation of a Palestinian State with the threat to the security of the State of Israel. Thus, we chose to use speech analysis as a research method, basing on the post-positivism approach of International Relations. At first, we present the post-positivism approach, contextualizing its use in the discipline of International Relations. Furthermore, we present the post-positivism critics to traditional theories of International Relations, as well as new research methods and new perspectives and topics studied. In addition, we present the ideas of Rob Walker (1995), on the notion of inside / outside and the Sovereign State, showing how these two notions, and the traditional concept of sovereign State, influenced the creation of traditional theories of International Relations, and how narratives disseminated by scholars of these theories have succeeded to remain as dominant for several years. Then we highlight three key themes for this work: new approaches to speeches and security issues presented by Rob Walker (1997); the importance of identity construction, in particular the construction of "self" and "other" to the speeches concerning security, defended by Lene Hansen (1996) and David Campbell (1992, *apud*, BARROS, 2006); exception policies as actions of state defense presented by Carl Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008). Subsequently, we discuss the methodology of speech analysis, with emphasis on deconstruction, by Jacques Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), and in the systematization of speech analysis, as presented by Lene Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012). Finally, we present the speech analysis of former Israeli Prime Minister Ariel Sharon, showing the characteristics used by him to portray the identity of the Palestinians, setting them, in his security's speeches, as enemies of the State of Israel and using this definition as a way to legitimate exception policies and as a mechanism to hamper the creation of a Palestinian State.

KEYWORDS: Post-positivism. Speech Analysis. Ariel Sharon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de pesquisa adaptado de Hansen (2006, p.81)	43
Figura 2 - Processo de ligação. Adaptado de Hansen (2006)	43
Figura 3 - Processo de ligação e diferenciação. Adaptado de Hansen (2006)	44
Figura 4 - Análise dos discursos de Ariel Sharon. Adaptado de Hansen (2006, p. 81)	46
Figura 5 - Processo de ligação entre as identidades palestinas e israelenses. Adaptado de Hansen (2006)	47
Figura 6 - Processo de ligação e diferenciação entre as identidades palestinas e israelenses. Adaptado de Hansen (2006)	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A ABORDAGEM PÓS-POSITIVISTA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
1.1 A crítica pós-positivista às teorias tradicionais	17
1.2 Os novos métodos de estudo e as novas perspectivas pós-positivistas	21
1.3 A noção de dentro/fora (<i>inside/outside</i>) de Walker e o Estado soberano	25
2 SEGURANÇA, IDENTIDADE E EXCEÇÃO	30
2.1 Walker e a definição de segurança	31
2.2 Segurança e Identidade	34
2.3 A Política de Exceção	36
3 ANÁLISE DE DISCURSO	39
3.1 Análise dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense Ariel Sharon	45
3.1.1 A construção da identidade dos palestinos nos discursos de Ariel Sharon	47
3.1.2 As questões de segurança e as políticas de exceção nos discursos do ex-primeiro-ministro de Israel Ariel Sharon	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

O pós-positivismo é considerado uma perspectiva relativamente nova na disciplina de Relações Internacionais. O pós-positivismo passou a ter maior visibilidade entre as décadas de 1980 e 1990. O fim da Guerra Fria foi um fator importante para a incorporação dessa nova abordagem na disciplina de Relações Internacionais, pois, foi quando o aparecimento de novos países no leste europeu e a rápida expansão do capitalismo nessas regiões modificaram a geopolítica presente no cenário internacional. Os novos atores internacionais e as novas formas de relações entre estes atores impulsionaram a necessidade de uma nova abordagem que conseguisse explicar as mudanças que apareciam.

Para isso, os pós-positivistas buscaram em outras áreas das Ciências Humanas, como a filosofia, a psicologia e a sociologia, elementos que auxiliassem na melhor elaboração das análises das novas relações internacionais. A partir dessas influências, os pesquisadores pós-positivistas trouxeram para o estudo das relações internacionais novas formas de abordagem, novos temas e novos métodos de estudo.

De acordo com a abordagem pós-positivista, a realidade a qual estudamos é construída através dos discursos presentes nas interações sociais e políticas. Dessa forma, não existiria uma única realidade, mas várias leituras da mesma realidade. Assim, para os pós-positivistas, da mesma forma que a realidade é construída pelos discursos sobre ela e por aqueles que a observam, estes também sofrem influência do que se entende por realidade.

Uma vez que a realidade é construída discursivamente, optou-se por utilizar a análise de discurso como método de pesquisa, tendo como base a desconstrução, de Jacques Derrida, e as esquematizações de Lene Hansen. De acordo com Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), os discursos são construídos por meio de dicotomias como, por exemplo, bem/mal, bom/ruim, que priorizam uma determinada característica em comparação a outra. Dessa forma, a desconstrução visa explicitar estas dicotomias mostrando como uma característica foi privilegiada em detrimento da outra e expondo, assim, os mecanismos discursivos utilizados no discurso em estudo. Para auxiliar na elaboração da análise de discurso, é utilizado, neste trabalho, o esquema de pesquisa elaborado por Lene Hansen (2006, *apud*, LEITE,

2012), que tem como objetivo auxiliar o pesquisador na apresentação dos elementos que são essenciais para tal análise.

Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008) afirma que na desconstrução a contextualização histórica é desnecessária, uma vez que para o autor o discurso já é a própria realidade. Dessa forma optou-se por explicar apenas os motivos que impulsionaram a escolha dos discursos do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon, de 2001 a 2006, como objeto de estudo.

O ex-primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon foi eleito pela primeira vez em seis de fevereiro de 2001, sendo reeleito em 2003 e permanecendo no cargo até quatro de fevereiro de 2006, quando sofreu um derrame. Segundo Kimmerling (2006, p. 2), seu mandato “marcou tanto uma virada na história do país e da região, quanto uma mudança básica no caráter do Governo israelense e da sua cultura política”¹. De acordo com este mesmo autor, os ataques terroristas contra Israel, que ocorreram no período da campanha política, auxiliaram na eleição de Ariel Sharon, pois ele possuía uma grande história de luta contra os palestinos, iniciada desde sua infância até os cargos militares e políticos em que trabalhou durante sua vida.

Segundo Kimmerling (2006), Israel, durante o governo de Ariel Sharon, foi um agente de destruição, não só para o ambiente ao seu redor, mas para si mesmo, pois, sua política doméstica e estrangeira, era orientada pelo “Politicide” dos palestinos. O “Politicide” é um termo criado pelo autor, que ainda não tem tradução literal na língua portuguesa, mas que significa,

[...] um processo que abrange uma ampla gama de atividades sociais, políticas e militares, cujo objetivo é destruir a viabilidade política e nacional de toda uma comunidade de pessoas e, portanto, negar a possibilidade de uma verdadeira autodeterminação. Assassinatos, massacres localizados, a eliminação de liderança e grupos de elite, a destruição física de instituições públicas e infraestrutura, a localização da terra, fome, isolamento político e social são as principais ferramentas utilizadas para alcançar este objetivo.² (KIMMERLING, 2006, p. 3)

¹ (Tradução livre) [...]marked both a turning point in the history of the country and the region and a basic change in the character of the Israeli Government and its political culture. (KIMMERLING, 2006, p. 2)

² (Tradução livre) [...] a process that covers a wide range of social, political, and military activities whose goal is to destroy the political and national viability of a whole community of people and thus deny it the possibility of genuine self-determination. Murders, localized massacres, the elimination of leadership and elite groups, the physical destruction of public institutions and infrastructure, land localization, starvation, social and political isolation are the major tools used to achieve this goal. (KIMMERLING, 2006, p. 3)

É por estes motivos que o ex-primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, foi escolhido para ter seus discursos analisados neste trabalho. O objetivo principal é identificar, nos discursos do ex-primeiro-ministro israelense, as tentativas de associar a criação de um Estado palestino à ameaça a segurança do Estado de Israel.

Foram selecionados 165 discursos, entre entrevistas, pronunciamentos, debates e encontros diplomáticos, realizados no período de 2001 a 2006. Tendo como única fonte o site oficial do Ministério das Relações Exteriores de Israel. Procurou-se não eliminar nenhum discurso feito durante os dois mandatos do governo de Sharon. Porém, em 2005, uma parte do material foi disponibilizado no discurso indireto e apresentava-se em resumos, sendo excluído por não retratar o discurso de Ariel Sharon na íntegra. Além disso, não se faz necessário, neste trabalho, averiguar a real autoria dos discursos, uma vez que Ariel Sharon os reproduz e, por extensão, torna-se responsável por eles.

Todas as citações presentes no decorrer do texto que se encontravam em inglês foram traduzidas para o português, tendo seu texto original localizado nas notas de rodapé, respeitando-se, assim, as normas da ABNT. Uma vez que o inglês é uma língua corrente no meio acadêmico das Relações Internacionais, procurou-se apresentar os discursos de Ariel Sharon na forma com que foram disponibilizados pelo governo, ou seja, em inglês. Esta opção foi feita visando minimizar as distorções presentes nas traduções, uma vez que a maior parte dos textos já havia sido traduzido do hebraico. Além disso, optou-se por fornecer ao leitor o material da forma como foi disponibilizado, dando a ele a oportunidade de comparar as conclusões do trabalho com seu material na versão original.

Na primeira parte deste trabalho são apresentadas as causas que levaram ao surgimento da abordagem pós-positivista das Relações Internacionais. São retratados os acontecimentos históricos e as modificações no cenário internacional que fizeram com que esta abordagem ganhasse destaque no meio acadêmico da área. Também são apresentadas as influências herdadas das outras áreas das Ciências Humanas, como suas críticas aos discursos dominantes, seus temas e métodos de estudo. Explica-se a importância da ruptura pós-positivista às teorias tradicionais das Relações Internacionais e apresenta-se a noção de dentro/fora (*inside/outside*) defendida por Rob Walker (1995, *apud*, MENDES, 2008).

Na segunda parte, é exposta a visão de pesquisadores pós-positivistas sobre três temas essenciais neste trabalho. Apresenta-se primeiro as novas abordagens para as questões de segurança, tendo como maior influência as ideias defendidas por Rob Walker (1997). Depois, são apresentadas as visões de David Campbell e Lene Hansen (1996) sobre a importância da identidade na construção dos discursos de segurança, dando ênfase na criação da identidade como forma de delimitar o “eu” e o “outro”, e conseqüentemente o “amigo” e o “inimigo”. Por último, aborda-se sobre as políticas de exceção, que, segundo Carl Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), são utilizadas para legitimar ações políticas não esperadas do Estado. Tais ações, segundo o autor, são justificadas pois, têm como base de apoio os discursos sobre o “amigo” e o “inimigo” difundidos pelo Estado.

Na terceira parte, aborda-se a análise de discurso, expondo-se as características presentes na desconstrução, de Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), e mostrando como ela deve ser empregada na análise de discurso. Além disso, é apresentado o modelo de pesquisa para a análise de discurso, elaborado por Lene Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), bem como seus processos de ligação e diferenciação, utilizados para expor o processo de criação do “eu” e do “outro”. Nesta parte, também é feita a análise dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, apresentando como as características identitárias utilizadas para definir os palestinos, tornam-nos inimigos do Estado de Israel e permanecem presentes em todos os discursos. São, então, apresentados exemplos de discursos de segurança e de políticas de exceção presentes em todo o período de governo de Sharon.

Por último, demonstra-se como as características utilizadas por Ariel Sharon para representar os palestinos, definindo-os como inimigos do Estado de Israel, está presente na grande maioria dos discursos de segurança. Ao caracterizar os palestinos como inimigos e suas ações como ataques terroristas, Sharon, por meio de seu discurso, legitima as políticas de exceção realizadas no decorrer de seu segundo mandato e dificulta a aceitação da criação de um Estado palestino.

1 A ABORDAGEM PÓS-POSITIVISTA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais são uma disciplina relativamente nova, sendo criada após a Primeira Guerra Mundial. Os primeiros pensadores desta disciplina tinham como objetivo estudar as causas da guerra a fim de encontrar maneiras de prevê-la e, se possível, impedir que ela ocorresse com vistas a tornar o mundo um lugar pacífico. Entretanto, como se sabe, vinte anos depois ocorreu a Segunda Guerra Mundial, mostrando que os estudos feitos pelos primeiros pensadores não tiveram muita eficácia nos propósitos estabelecidos por eles. Foi então que outro grupo de pesquisadores trouxe para as Relações Internacionais uma nova forma de estudar as interações entre os atores internacionais. Esses pesquisadores foram chamados de realistas por acreditarem que os fundadores da disciplina deveriam estudar as relações internacionais como elas realmente eram e funcionavam, sem a necessidade de se basearem em normas morais e éticas.

Assim como aconteceu em outras disciplinas, as Relações Internacionais sofreram algumas modificações durante os tempos. Estas mudanças suscitaram os, ou foram sucedidas pelos, chamados debates das relações internacionais. Alguns teóricos afirmam serem três os principais debates, outros, no entanto, argumentam haver quatro. Porém, apesar de ser um assunto importante para a história da disciplina, não é objetivo deste trabalho abordar estes debates e suas decorrentes modificações³. É importante saber que, mesmo existindo diferentes formas de abordagem para o estudo das relações internacionais, como, por exemplo, o (neo) liberalismo e o marxismo, o discurso realista⁴ (em suas várias vertentes) permaneceu como uma abordagem predominante nos estudos das relações internacionais.

Em meados do final do século XX, no entanto, surgiram várias críticas às teorias tradicionais, dentre elas o pós-positivismo⁵. No início, os pesquisadores que

³ Para mais informações acerca destes debates, ver: NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

⁴ Sabe-se que a teoria realista não é o único discurso predominante nas relações internacionais, porém, por ser o principal alvo das críticas pós-positivistas é utilizada como referência para as teorias tradicionais.

⁵ Estas críticas ocorreram nas abordagens denominadas pós-positivistas, na qual fazem parte a abordagem pós-estruturalista, a teoria crítica, construtivista, feministas e pós-colonial. Apesar de possuírem algumas diferenças entre si, estas “teorias” são colocadas dentro da visão pós-positivista

faziam tais críticas não foram bem aceitos pelos demais acadêmicos da área. Porém, a natureza das mudanças que ocorriam no cenário internacional naquele momento colocava em descrédito grande parte das premissas das teorias tradicionais e chamava a atenção para as abordagens alternativas a estas teorias, como o pós-positivismo.

Tais transformações tiveram origem nas novas formas de pensar o conhecimento encontradas na sociedade da metade do século XX. Estas novas compreensões não foram absorvidas apenas entre os acadêmicos, mas na sociedade como um todo. Campbell (2007) afirma que a nova configuração do mundo após a Segunda Guerra Mundial, o advento da Guerra Fria, o processo de descolonização na África e Ásia e os governos fascistas na Europa, fizeram com que o modo de enxergar o mundo daquela época começasse a ser questionado. Para este mesmo autor, o estilo cultural encontrado no início da Segunda Guerra Mundial, conhecido como modernismo, teve origem na Renascença, que ocorreu aproximadamente por volta de 1890, no final da Idade Média. Foi nesse período que o homem buscou se libertar das explicações dogmatizadas da Igreja - em que o homem e tudo a sua volta agem de acordo com a vontade de Deus - e passou a buscar explicações centradas na razão e na ciência.

Steven Best e Douglas Kellner (2001, *apud*, FERNANDES, 2008) afirmam que é a partir da década de 1970 que os movimentos pós-modernos⁶ passaram a questionar as premissas básicas da sociedade moderna e a maneira como ela assimilava o mundo e suas interações. Pautados nas ideias de René Descartes, os estudiosos da modernidade construíram uma ciência preocupada em buscar a “realidade” da natureza, observando-a, estabelecendo padrões de comportamento, tentando prever acontecimentos futuros e construindo leis universais.

Para os pós-positivistas, esta forma de estudo não se encaixava mais na sociedade da metade do século XX, quando as constantes descobertas tecnológicas e a crescente aceleração do processo de globalização transformavam constantemente as relações presentes na sociedade, sendo necessária uma grande reforma no pensamento científico e político.

por criticarem a forma como os estudos das Relações Internacionais são realizados pelas teorias dominantes, ou positivistas, como, por exemplo o realismo e o liberalismo.

⁶ No trabalho de Aline Fernandes este termo é utilizado para todos os movimentos advindos das críticas à modernidade, sendo artísticos, científicos, políticos, etc.

Inicialmente as modificações que ocorreram nestas últimas décadas do século XX tiveram maior influência nas outras áreas das ciências humanas, como antropologia, filosofia, psicologia e sociologia. No campo das Relações Internacionais, esta nova forma de pensar o conhecimento iniciou-se por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990, com a gradativa dissolução da geopolítica presente na Guerra Fria e a rápida expansão do capitalismo pelos novos territórios europeus (WALKER, 1995).

Neste mesmo período, alguns acadêmicos trouxeram para as Relações Internacionais novas questões a serem abordadas, as quais as teorias utilizadas, até então, para explicar a política internacional não conseguiam responder satisfatoriamente. Observando a necessidade de preencher as lacunas deixadas pelas teorias dominantes, os pesquisadores pós-positivistas passaram a buscar uma nova forma de interpretar as relações entre os atores internacionais. De acordo com Edkins (2007), o “pós-estruturalismo é, provavelmente, melhor descrito como uma visão de mundo (ou, até mesmo, uma anti-visão de mundo)”⁷.

Segundo Smith (2005), o pós-positivista é considerado uma das mais extremas abordagens alternativas às teorias dominantes, pois, além de tentar minar conceitos tradicionais, questiona a epistemologia, a metodologia e a ontologia utilizadas por estas teorias.

1.1 A crítica pós-positivista às teorias tradicionais

Para entender a importância dos questionamentos do pós-positivismo e, conseqüentemente, dos novos temas trazidos por eles, é necessário conhecer como as teorias dominantes pensam o conhecimento e as relações internacionais. De acordo com Barros (2006), as teorias tradicionais das Relações Internacionais possuem duas características modernas fundamentais: teorias pautadas na visão racionalista e pesquisas baseadas no método positivista.

Diferente da visão empírica, a qual defendia que o conhecimento poderia ser subtraído por meio da observação empírica de determinados fenômenos, a visão

⁷ (Tradução livre) “Poststructuralism is probably best described as a worldview (or even an antiworldview).” (EDKINS, 2007, p. 88).

racionalista acreditava que o conhecimento existente no mundo só poderia ser compreendido através da razão humana, ou razão instrumental. É esta razão que daria ao estudioso os mecanismos que seriam capazes para entender a relação entre os fatores observáveis e os mecanismos causais, fatores não observáveis. Conforme Barros (2006), existem “dois princípios gerais do racionalismo: a ideia de que todo evento tem uma causa e a percepção de que a realidade nunca existe de *per si*, exigindo sempre a interpretação da razão” (p. 32).

Apesar de ter sido amplamente difundida e utilizada pelas teorias dominantes, a visão racionalista recebeu várias críticas dos pós-positivistas, como a impossibilidade de existir uma razão única - uma vez que cada indivíduo, ou sociedade, possui diferentes interpretações sobre o mundo - e a ideia de que existe apenas um único mundo “real” esperando para ser estudado. Além disso, Barros (2006) afirma que os críticos do racionalismo acreditavam que o racionalismo era uma maneira de impor a visão ocidental aos demais povos, minando a possibilidade de existirem outras visões sobre os mundos encontrados nas relações internacionais.⁸

O método positivista de pesquisa, que segundo Barros (2006), teve início na metade do século XIX, foi elaborado por Auguste Comte, filósofo que buscou construir uma ciência social baseada nos métodos utilizados pelas ciências naturais. Seu objetivo era encontrar, por meio da observação, as causas que levavam certos fenômenos a existirem.

Nas Relações Internacionais o positivismo possui quatro pressupostos principais, que são: “1. a crença na unidade da ciência; 2. a distinção entre fatos e valores; 3. A crença na existência de regularidades no mundo social; 4. e a crença na possibilidade da pesquisa real.” (BARROS, 2006, p. 35).

O primeiro pressuposto determina que podem ser utilizados, para todas as áreas de estudo, os mesmos métodos de pesquisa (metodologia) e os mesmos princípios básicos de produção do conhecimento (epistemologia). Dessa forma, seria possível encontrar leis universais para o comportamento da sociedade. A diferenciação entre fatos e valores – o segundo pressuposto - está relacionada à

⁸ Para mais informações sobre a imposição da visão ocidental sobre os demais povos, ver: SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, vol. 2, n.3, 2000, p. 374-402.

possibilidade de existência de uma ciência neutra, em que o pesquisador analisa o fato estudado objetivamente, sem interferência de valores pré-existentes. O terceiro pressuposto, segundo Barros (2006), é baseado no método dedutivo-monológico. Sendo assim, para que um pesquisador consiga explicar determinado fenômeno e estabelecer uma lei universal é preciso, primeiro, criar uma hipótese, explicando por que ela pode ser tida como verdadeira e utilizada na criação da lei universal, depois testar esta hipótese de acordo com as ideias iniciais e observar se ela é confirmada ou não. No último pressuposto a crença dos positivistas na existência de uma realidade “lá fora”, que independente da observação do pesquisador continua existindo, faz com que eles acreditem que, por meio do conhecimento científico, seja possível revelar as verdades presentes no mundo.

De acordo com Smith (1996), o positivismo, tanto nas Relações Internacionais quanto nas Ciências Humanas, “foi, essencialmente, um compromisso metodológico, amarrado a uma epistemologia empirista” (p.17)⁹, o que acarretou na diminuição da abrangência da disciplina e resultou em afirmações ontológicas permissivas. Além disso, conforme este mesmo autor, o positivismo funcionava como um mandado epistemológico, delimitando quais tipos de reivindicações sobre o conhecimento deveriam ser feitos pelos estudiosos. Dessa forma, o positivismo concedeu às teorias tradicionais das relações internacionais a manutenção de seus pressupostos, impossibilitando a análise de novos temas e as abordagens sobre novos atores.

Em seu trabalho, Barros (2006) afirma que a maior crítica pós-positivista ao método positivista é a maneira como ele foi utilizado, pois, além de determinar como as relações internacionais deveriam ser estudadas (metodologia), ele determinou o que pode e deve ser estudado (epistemologia), modificando assim o que deve ser entendido como relações internacionais (ontologia). Isto ocorre, porque, segundo Smith (1996, *apud*, BARROS, 2006), os pesquisadores tradicionais da disciplina confundiram a ontologia das Relações Internacionais (o que ela é) com a epistemologia positivista (o que deve ser estudado), que, neste caso, é derivada da visão empirista. Assim, a epistemologia das relações internacionais seria apenas aquilo que pode ser observado e testado empiricamente.

⁹ (Tradução livre) “[...] has essentially been a methodological commitment, tied to an empiricist epistemology”. (SMITH, 1996, p. 17)

Para formular os questionamentos às teorias dominantes e pensar uma nova forma de estudar as Relações Internacionais, os pós-positivistas inspiraram-se em outras áreas das Ciências Humanas. Consoante Barros (2006), a virada sociológica e a virada linguística¹⁰ tiveram grande influência no pensamento pós-positivista.

Uma das principais influências dadas pelos sociólogos à abordagem foi a crença de que a realidade sobre o mundo não é dada e de que esta realidade não depende da observação do pesquisador para existir, como acreditam os positivistas. Na verdade, para os pós-positivistas a realidade é socialmente construída e o observador, por mais objetivo que seja, interfere no objeto a ser estudado, pois carrega em si valores e visões de mundo que são impossíveis de serem desconsiderados no momento da produção da análise.

Corroborando com a ideia de uma realidade construída, os linguistas trazem mais outra influência para os pós-positivistas. Para eles, a linguagem é a chave para a busca pelo conhecimento, pois, além de ser utilizada para abordar os temas estudados é co-construtora da realidade. Dessa forma, os estudiosos que são próximos às ideias da virada linguística buscam encontrar as regras, por detrás da linguagem, que interferem e constroem a realidade como a entendemos. Segundo Ludwig Wittgenstein (1889-1951, *apud*, BARROS, 2006), “a realidade não podia ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social de construção da relação entre as ‘coisas’ e seus significados sociais” (p.47), tornando a linguagem objeto fundamental para a compreensão da realidade. Assim, para os pós-positivistas, não há a possibilidade de existir uma realidade pré-concebida, na verdade, para eles, toda a realidade existente é construída pelos discursos e as interpretações decorrentes deles.

É a partir da crítica à epistemologia positivista, que os pós-positivistas rompem com as amarras das teorias dominantes e começam a trazer para a área das Relações Internacionais novas questões e atores a serem abordados. Esta ruptura é considerada uma das mais significativas na área, pois, além de romper com a epistemologia, ela também alcança a metodologia e a ontologia da disciplina, uma vez que, de acordo com Smith (1996), esses três são indissociáveis.

¹⁰ Para mais informações ver: BARROS, Mariana O. **Contribuições do pensamento pós-positivista para a teoria das relações internacionais**: a questão identidade. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Assim, segundo Smith (1996),

a metodologia (por que usar esse método?) precisa da garantia de uma epistemologia (resposta: porque este método discrimina entre “verdadeiro” e “falso” dentro da escala do que sabemos ser “verdadeiro” ou “falso”); considerando que reivindicações ontológicas (o que é o mundo e qual é seu acessório?) sem uma garantia epistemológica é dogma e não irá licenciar-se uma metodologia.¹¹ (p. 18).

Ou seja, assim como a metodologia e a ontologia necessitam da garantia da epistemologia para se afirmarem, esta também precisa da metodologia e da ontologia para se tornar válida. Desta maneira, não existe prioridade entre elas, sendo mútua e intrinsecamente inter-relacionadas¹².

Com isso, podemos perceber que as críticas dos pós-positivistas aos positivistas são:

Epistemológicas porque diferente dos positivistas que utilizam uma epistemologia restrita ao conhecimento empírico do mundo – os pós-positivistas questionam a existência de uma realidade lá fora a qual podemos observar empiricamente. Metodológicas porque não acreditam na ideia de unidade da ciência pelo método. Para eles, o mundo social não apresenta as mesmas regularidades da natureza já que está em permanente construção. Finalmente ontológicas, porque o limite ontológico de suas análises está muito além da realidade das teorias tradicionais [...] (BARROS, 2006, p.51).

1.2 Os novos métodos de estudo e as novas perspectivas pós-positivistas

As críticas pós-positivistas são tão profundas que os teóricos dessa abordagem chegam a romper completamente com as teorias tradicionais, trazendo para as Relações Internacionais novas perspectivas e novos temas de estudo. Este rompimento, como vimos, é tanto epistemológico (como o conhecimento é produzido), como metodológico (como estudar) e ontológico (o que são as relações internacionais). Dessa forma, para reformular as Relações Internacionais, como desejavam os pós-positivistas, era preciso buscar subsídio nas outras áreas das

¹¹(Tradução livre) “Methodology (why use that method?) needs the warrant of an epistemology (answer: because this method discriminates between 'true' and 'false' within the range of what we could know to be 'true' or 'false'); whereas ontological claims (what is the world like and what is its furniture?) without an epistemological warrant is dogma and will not itself license a methodology.” (SMITH, 1996, p. 18)

¹² Para mais informações sobre as rupturas epistemológica, metodológica e ontológica ver: SMITH, Steve. Positivism and Beyond, In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (ed.). **International Theory: Positivism & Beyond**. Cambridge: Cambridge Univertisy Press, 1996, 11-44.

Ciências Humanas que já haviam feito suas reformulações, como, por exemplo, a filosofia, a psicologia e a sociologia.

Inspirando-se em autores como, Jacques Derrida, Michel Foucault e Jürgen Habermas, os pós-positivistas passam a incorporar métodos de pesquisa diferentes daqueles utilizados pelos teóricos tradicionais. A análise de discurso, a desconstrução, a genealogia e a segunda leitura, são exemplos de metodologias absorvidas pelos pós-positivistas a fim de proporcionar novas abordagens capazes de explicar o que as teorias dominantes não conseguem, e reconceitualizar as “verdades” encontradas nas Relações Internacionais (GEORGE, 1994).

Consoante Silva (2005), o objeto principal de estudo da análise de discurso é o próprio discurso, pois, para a autora, a linguagem não se apresenta de forma transparente, cabendo à análise de discurso desvendar o significado da linguagem - por meio do discurso falado ou escrito - e suas construções ideológicas. “Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem falado, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história” (SILVA, 2005, p.16)¹³.

A desconstrução¹⁴, idealizada por Derrida (1994, apud, EDKINS, 2007, p. 96) é muito utilizada pelos pós-positivistas. A chave para a compreensão da desconstrução está no logocentrismo, uma forma de raciocínio que trabalha por meio da construção de dicotomias como, dentro/fora, verdadeiro/falso, homem/mulher. De acordo com Devetak (2005), estas dicotomias dependem uma da outra para existirem e são sempre opostas entre si, porém, o mais importante é compreender a forma como uma dessas dicotomias ganhou mais destaque que a outra dentro do discurso dominante. Dessa maneira, a “desconstrução envolve chamar a atenção do pensamento logocêntrico para a maneira como seus fundamentos são instáveis ou mesmo insustentáveis e demandando, em vez disso, uma abordagem propriamente política” (EDKINS, 2007, p. 97)¹⁵.

¹³ Para mais informações ver: SILVA, Maria A. S. M. **Sobre a análise do discurso**. Revista de Psicologia da Unesp, 4(1), 2005, 16-40.

¹⁴A desconstrução, neste caso, é colocada como método de pesquisa corroborando com as ideias de Edkins (2007). Porém como será visto mais a frente, a desconstrução não possui um conceito específico. De acordo com Mendes (2008) o próprio Derrida evita conceituar a desconstrução por acreditar que tais especificações são sempre incompletas.

¹⁵ (Tradução livre) “Deconstruction involves drawing the attention of logocentric thinking to the way in which its foundations are unstable or indeed untenable, and demanding instead a properly political approach” (EDKINS, 2007, p. 97)

A genealogia, baseada nas ideias de Foucault (1987, *apud*, DEVETAK, 2005), busca identificar as relações de poder/saber que predominaram historicamente na sociedade. De acordo com Devetak (2005), as relações de poder/saber inscritas nos discursos foram construídas historicamente através de um processo político e social de exclusão, em que certas origens e significados foram ganhando força, por meio do discurso dominante, e tornando-se verdades. Dessa forma, “a tarefa do genealogista é desvendar a história para revelar as múltiplas trajetórias que foram promovidas ou fechadas na construção de sujeitos, objetos, áreas de atuação e domínios de conhecimento.” (DEVETAK, 2005, p. 163)¹⁶

Consoante Devetak (2005), a primeira escrita é carregada de repetições das interpretações realizadas pelas teorias dominantes, que tem como objetivo demonstrar a coerência e consistência dos discursos difundidos por elas. Portanto, o objetivo da segunda leitura é mostrar como estes discursos foram historicamente criados, demonstrando as interferências externas e internas sofridas por eles em sua criação. Uma das mais famosas releituras pós-positivistas é a do livro *O Príncipe*, de Maquiavel, realizada por Rob Walker (1995) e que será apresentada mais adiante.

Apesar de cada método possuir peculiaridades, podemos perceber que todos apresentam um fator em comum, o estudo do discurso e a sua importância na formulação das regras sociais que constroem as realidades. É com a ajuda destes novos métodos de pesquisa que os pós-positivistas passam a reavaliar conceitos já estabelecidos. Dentre os conceitos tradicionais reavaliados pelos pós-positivistas pode-se citar a subjetividade da pesquisa, a importância do discurso, o conceito de realidade, as relações de poder/saber e os problemas da anarquia e da soberania.

Como dito anteriormente, para os pós-positivistas a objetividade da pesquisa não é capaz de ser alcançada, pois tanto o sujeito, ou observador, quanto o mundo que ele estuda são construídos através de práticas culturais, políticas e sociais. Dessa forma, sempre que um pesquisador analisa determinado fenômeno acaba, mesmo que inconscientemente, transferindo valores para a sua análise. As visões de mundo e os valores adquiridos pelo observador são, segundo os pós-positivistas, absorvidos por meio dos discursos dominantes.

¹⁶ (Tradução livre) “[...] the task of the genealogist is to unravel history to reveal the multifarious trajectories that have been fostered or closed off in the constitution of subjects, objects, fields of action and domains of knowledge.” (DEVETAK, 2005, p. 163)

Tais discursos foram construídos através das interações sociais presentes em determinada época e conseguiram permanecer vigentes com o passar do tempo. É importante salientar que, como os discursos são construídos através das interações sociais, cada sociedade possui seus discursos dominantes, existindo então vários discursos sobre um mesmo assunto. Esta é a causa de uma das críticas pós-positivistas às teorias positivistas, pois, se existem vários discursos sobre o mundo é impossível estabelecer uma teoria única sobre a realidade e delimitar leis universais de comportamento para os atores das relações internacionais.

Como vimos anteriormente, para os pós-positivistas é inaceitável a existência de uma única realidade, como pregavam os positivistas. Na verdade, os pós-positivistas acreditam que, o que existe são várias leituras sobre a realidade, que são construídas através dos discursos presentes nas interações sociais e políticas. É interessante observar que, assim como a realidade é construída pelos discursos sobre ela e seus observadores, estes também sofrem influência do que se entende como realidade. Dessa forma, percebemos que, tanto a realidade como o discurso e os observadores são co-constituídos.

As relações de poder/saber ou poder/conhecimento tiveram origem nas ideias do filósofo francês, Michel Foucault (2000, *apud*, EDKINS, 2007), que trouxe para as relações internacionais uma nova forma de entender o poder. Consoante Edkins (2007), o poder era tradicionalmente visto como algo que pudesse ser possuído, dessa maneira os indivíduos e os Estados possuíam o poder, mesmo uns tendo mais que outros. Com as ideias de Foucault (2000, *apud*, EDKINS, 2007), o poder passa a ser percebido como algo produzido através das interações entre as pessoas, o que ele chama de relações de poder. Porém, para que o poder seja capaz de exercer sua influência é preciso que o conhecimento esteja atrelado a ele. Segundo Devetak (2005), “poder e conhecimento apoiam-se mutuamente; eles implicam diretamente um ao outro” (p.162)¹⁷. É a relação entre poder e conhecimento que faz com que os discursos dominantes sobre a realidade e a verdade sejam historicamente mantidos.

O problema da anarquia e da soberania são bastante parecidos. Diferente do que acreditam os teóricos tradicionais, que a anarquia e a soberania são fatores

¹⁷ (Tradução livre) “Power and knowledge are mutually supportive; they directly imply one another”. (DEVETAK, 2005, p. 162)

permanentes e imutáveis nas relações internacionais, os pós-positivistas acreditam que estes dois temas foram construídos para legitimar as ideias tradicionais referentes ao sistema internacional. De acordo com Walker (1995), a ideia de anarquia foi criada através da dicotomia dentro/fora¹⁸ para legitimar a ação do Estado soberano. Era preciso estabelecer uma relação entre as interações dentro do Estado - pacíficas e cooperativas - e as interações fora do Estado – luta de todos contra todos, anarquia. Como o mundo fora das fronteiras do Estado era caracterizado pela insegurança, o discurso de um Estado soberano era necessário para legitimar as atitudes desse frente às ameaças a serem combatidas no sistema internacional.

O rompimento com as teorias dominantes, a nova forma de compreender as relações internacionais e a interdisciplinaridade na elaboração das análises, dá aos pós-positivistas maior subsídio para estudar outros temas até então negligenciados. A importância das identidades, dos discursos e das relações de poder na construção da política externa é um dos exemplos de temas abordados pelos pós-positivistas. Segundo Smith (2005), “é difícil de resumir os principais temas de trabalho pós-estruturalistas, pois a imagem do mundo envolvido é fundamentalmente diferente daquele fornecido pelas teorias dominantes” (p.49).¹⁹

1.3 A noção de dentro/fora (*inside/outside*) de Walker e o Estado soberano

Corroborando com as ideias pós-positivistas, expostas acima, Walker (1995, *apud*, MENDES, 2008), argumenta que os discursos existentes sobre as Relações Internacionais são caracterizados pela separação entre os acontecimentos ocorridos dentro ou fora dos limites do Estado. Esta mesma separação também se caracteriza como a base para a construção do conhecimento sobre o ambiente internacional. Assim, a dicotomia dentro/fora, além de referência de estudo para as relações internacionais, é fonte indispensável para o entendimento do sistema internacional.

Os estudos sobre as relações internacionais e a origem do internacional se dá por meio da construção e consolidação de narrativas, que, com o passar do tempo,

¹⁸ Termo originalmente em inglês, *inside/outside*.

¹⁹ (Tradução livre) “It is difficult to summarize the main themes of poststructuralist work because the picture of the world involved is so fundamentally different to that of mainstream [...]” (SMITH, 2005, p. 49).

se tornam tradicionais. Estas narrativas têm como objetivo justificar as teorias dominantes e a forma como elas “refletem” a verdade sobre as relações entre os atores internacionais.

Segundo Walker (1995, *apud*, MENDES, 2008), para alcançar este objetivo, os teóricos tradicionais retornam aos estudos de Tucídides para estabelecer ligações histórico-evolutivas entre os três principais momentos da história que, possivelmente, deram origem tanto ao sistema internacional, quanto ao Estado moderno. Dessa forma, os estudiosos das teorias dominantes estabelecem similaridades entre “as cidades-estados da Grécia Antiga, a Renascença Italiana e a formação do Sistema de Estados do século XVIII, na Europa” (MENDES, 2008, p.51), desconsiderando, nesta construção, as diferenças existentes entre eles. Segundo Mendes (2008), esta cronologia, iniciada em Tucídides e com término no sistema de Estados que encontramos atualmente, só teria sentido se os momentos históricos analisados possuísem as mesmas características ou, pelo menos, similaridades entre si.

Em seu livro, *Inside/outside: International Relations as Political Theory* (1995), Walker faz uma releitura de um dos grandes clássicos realistas, O Príncipe, de Nicolau Maquiavel, para tentar mostrar como os discursos tradicionais e, conseqüentemente, os discursos sobre as relações internacionais foram construídos ao longo do tempo.

O objetivo principal da releitura não é desmentir as teorias dominantes, mas mostrar que, na verdade, essas teorias são leituras do que seria o internacional, que pode ser interpretado de diferentes maneiras. Estas leituras não se caracterizam como correspondentes do que é a realidade, mas como um discurso estratégico ligado às formas dominantes de saber e poder (GEORGE, 1994).

Nessa releitura, encontrada no segundo capítulo de seu livro, Walker (1995) tenta explicar que, na verdade, o livro utilizado pelos realistas para demonstrar como os atores internacionais agem para se defender diante de ameaças e sobreviver na anarquia internacional, foi escrito em uma época e lugar onde a própria ideia de Estado estava se consolidando. Na verdade, para o autor, Maquiavel estava muito mais preocupado com os problemas da *polis* e da consolidação do Estado Italiano do que com as regras que regiam o sistema internacional na época. O mesmo ocorre com a Guerra do Peloponeso, de Tucídides, onde o autor estaria preocupado

em relatar os acontecimentos da guerra entre Atenas e Esparta e as mudanças que ocorreriam posteriormente, e não em estabelecer a ideia de um sistema anárquico e da balança de poder. Além disso, o autor questiona que, já que Maquiavel é considerado um dos primeiros autores realistas e que estava realmente preocupado com a sobrevivência do Estado no sistema anárquico, como julgam os realistas, então por que seus outros livros não são utilizados com o mesmo propósito?

Walker (1995) explica que isto ocorre porque as teorias dominantes tendem a apagar as ideias que diferem dos seus discursos e a reiterar as similaridades existentes neles, com o intuito de legitimar seu pensamento, buscando mostrar, através da utilização de textos selecionados, como suas ideias se estabeleceram ao longo dos anos. Com isso, os teóricos tradicionais esperam dar ao seu pensamento uma aparência natural e, por extensão, inquestionável.

É, mostrando como as teorias dominantes construíram seu discurso e como, na realidade, os textos clássicos estão atrelados à um determinado espaço em um determinado tempo, que Walker (1995) afirma que as teorias tradicionais das Relações Internacionais encontram-se em uma contradição espaço-temporal. Dessa forma, o autor mostra que os conceitos formulados pelas teorias dominantes não conseguem mais explicar as relações entre os atores internacionais, ou seja, os pressupostos realistas de mundo não se aplicam aos problemas enfrentados pelos estudiosos atualmente. Assim, a insistência de alguns pesquisadores em analisar o sistema internacional pelo viés realista torna-se incoerente em um mundo onde a aceleração dos processos de globalização e o transbordamento das fronteiras decorrentes das modificações do espaço/tempo estão presentes.

Para Walker, o Realismo Político seria uma consequência histórica de uma articulação contraditória entre relações de espaço e tempo. Segundo este autor, somente seria possível concordar com a abordagem realista da Relações Internacionais a partir do momento em que o princípio de soberania estatal seja considerado como pressuposto não passível de problematização. A noção do ambiente internacional como um lugar de anarquia, ausente de autoridade e regido pelas relações de poder somente é sustentada a partir da crença do seu oposto (MENDES, 2008, p. 56).

Assim, segundo Walker (1995, *apud*, MENDES, 2008), é a crença no Estado soberano e na anarquia internacional que torna possível delimitar o que está dentro

e o que está fora, pois, se se pressupõe que do lado de fora das fronteiras do Estado encontra-se a anarquia, guerra e destruição, então o seu oposto deve ser encontrado dentro do Estado, ou seja, paz, estabilidade e controle. Nesse caso, é o conceito de Estado soberano que irá ditar o local das políticas a serem utilizadas e onde se pode encontrar relações de poder e de autoridade.

Mendes (2008) afirma que, para Walker, existem dois aspectos que são ignorados quando se objetiva o que é a soberania: a) a noção de que nem sempre encontramos, dentro dos Estados, relações de poder coordenadas por uma autoridade maior – tanto podemos encontrar momentos de conflito e anarquia dentro dos Estados, como podemos encontrar momentos de governança e cooperação no sistema internacional; b) a ideia da soberania como algo dado, inerente aos Estados – de acordo com Walker (1995), a soberania é construída através das práticas políticas do Estado e depende das visões sobre o que está dentro e fora.

A dicotomia dentro/fora, além de colaborar com a construção da soberania estatal e da ideia do que é o internacional, estabelece distinções relacionadas à ideia de espaço-tempo. De acordo com Walker (1995, *apud*, MENDES, 2008), estas distinções provocam duas noções espaço-temporais, em que o ambiente localizado dentro do Estado é caracterizado pela noção de tempo e o localizado fora pela noção de espaço. Dessa forma, o âmbito doméstico é “caracterizado pela vida política, pelo avanço, evolução e lugar de contínuas melhorias” (MENDES, 2008, p. 59-60), enquanto o âmbito internacional é visto “como o local das relações de puro poder, no qual noções evolutivas seriam anuladas pela inexistência de parâmetros universais a partir dos quais as ações de movimento pudessem ser julgadas” (MENDES, 2008, p.60).

Além disso, Mendes (2008) argumenta que, tanto a noção do ambiente interno, quanto a do internacional, foram construídas através de “relações de apagamento e valorização de relações hierárquicas” (p. 61). Assim, o ambiente interno seria caracterizado pelo apagamento de diversidades sociais, valorizando as similaridades comportamentais em busca de uma “noção de territorialidade plana” (p.61), enquanto o ambiente internacional seria caracterizado por relações hierárquicas, mesmo não existindo uma autoridade máxima para coordenar as relações entre os Estados.

Consoante Mendes (2008), uma das consequências que vêm com o uso da dicotomia dentro/fora está relacionada às questões éticas. Como vimos, o ambiente interno do Estado é caracterizado pela harmonia, pela vida política, pelo compartilhamento de valores, caracterizando-o como um local onde os comportamentos são regidos por leis éticas e onde o desrespeito a elas é considerado exceção. Já no âmbito internacional, a inexistência de uma autoridade máxima que gerencie as ações dos Estados favorece o não cumprimento de padrões éticos, sendo considerado, então, a utilização destes padrões uma exceção.

A análise de Walker (1995) sobre a constituição das teorias de Relações Internacionais, a consequente construção da ideia de internacional e a explanação sobre a dicotomia dentro/fora, não tem como objetivo desmentir o conhecimento produzido até então. De acordo com Mendes, (2008), a ideia do autor é mostrar as condições que auxiliaram a construção dos discursos sobre as Relações Internacionais, difundidos pelas teorias dominantes, e como estes discursos são colocados em xeque pelas acelerações espaço-temporais.

2 SEGURANÇA, IDENTIDADE E EXCEÇÃO

Como vimos na seção anterior, as modificações ocorridas no final do século XX tiveram maior repercussão nas Relações Internacionais, particularmente após a dissolução da geopolítica presente na Guerra Fria. Estas modificações interferiram em vários temas de estudo da disciplina tanto nos que já eram costumeiros, quanto nos que ainda estavam por se consolidar.

Os conflitos nacionalistas que começaram a ocorrer no leste europeu com o fim da Guerra Fria, a crescente aceleração da globalização e a fragilidade das teorias dominantes, especialmente a realista, para explicar o pacífico fim das rivalidades existentes entre os Estados Unidos e a União Soviética, foram essenciais para o aumento da relevância de temas pouco abordados na área das Relações Internacionais.

A luta pela retomada dos territórios anexados pela União Soviética em conjunto com a defesa das identidades e crenças dos povos habitantes da região, além da massificação das identidades geradas pelo processo de globalização, que trazem prejuízos para as identidades nacionais e geram a insatisfação e o medo de culturas menos dominantes, tornaram, segundo Barros (2006), a área dos estudos sobre identidade fundamental para as análises das relações internacionais.

Além do aumento da importância dos assuntos sobre as identidades, o fim da Guerra Fria também colaborou com as novas abordagens sobre as questões de segurança. É importante salientar que as modificações que ocorreram na área das questões de identidade, também interferiram na área de segurança, uma vez que a maioria dos conflitos pós-Guerra Fria ocorreram em defesa das identidades de grupos que, de uma forma ou de outra, se sentiam insatisfeitos com a conjuntura do período.

Apesar das novas abordagens pós-positivistas ganharem mais espaço no período pós-Guerra Fria, análises envolvendo questões de identidade e segurança só conseguiram maior aceitação na academia após o ataque terrorista aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. De acordo com Smith (2005), a abordagem pós-positivista ganhou mais força nesse período pois,

para se entender o evento, os estudiosos tiveram que compreender as funções da identidade, discurso e narrativa, pois, as partes do conflito não eram simples atores internacionais com diferentes estruturas de valor e preferência, mas identidades fundamentalmente diferentes, o que lhes permitiu ver o mundo em termos de narrativas muito diferentes (SMITH, 2005, p. 49)²⁰.

As políticas realizadas pelos Estados Unidos neste período, trouxeram à tona outras questões que podem ser associadas às de segurança e identidade, como as políticas de exceção. Como veremos mais adiante, as políticas de exceção ocorrem quando o Estado, sentindo-se ameaçado por determinado grupo, adota certas políticas que divergem de seus princípios constitutivos. Tais políticas só têm legitimidade quando o Estado as segue por acreditar na real ameaça à sua existência, como ocorreu no caso dos Estados Unidos.

2.1 Walker e a definição de segurança

É a partir desta percepção, existente após a Guerra Fria, que os estudiosos das relações internacionais passaram a ter maior interesse em explorar e analisar temas até então não discutidos no âmbito da segurança internacional.

De acordo com Mendes (2008), a noção de segurança existente durante a Guerra Fria estava estreitamente ligada às capacidades militares dos Estados e em como a relação entre estas capacidades afetavam, ou colocavam em risco, a existência do Estado. Após a Guerra Fria, o crescimento de agendas internacionais relacionadas à economia, ao meio ambiente, à segurança humana, entre outras, confirmou a necessidade de expandir os temas relacionadas à segurança.

Para Walker (1997), a resposta sobre o que é segurança

depende do grau em que as explicações modernas de segurança têm sido articuladas em relação às estruturas e práticas do Estado moderno, as determinações das relações sistêmicas em que os Estados se envolvem com outros Estados, e as transformações históricas através das quais essas estruturas, práticas e determinações foram alterados de, digamos, a era da

²⁰ (Tradução livre) To any understanding of the events has to be an appreciation of the role of identity, discourse, and narrative. The parties involved in the conflict were not simply actors with different value structures and preference functions but instead had fundamentally different identities, which led them to see the world in terms of very distinct narratives. (SMITH, 2005, p. 49)

pólvora e piratas ao de estrategistas e mercadores da ameaça nuclear (WALKER, 1997, p.61)²¹.

Assim como as Relações Internacionais e os temas estudados por elas, as questões de segurança também são construções discursivas, elaboradas através de narrativas que se repetem historicamente, e têm como objetivo legitimar uma determinada visão. Consoante Walker (1997), os discursos sobre segurança após a Guerra Fria ganharam uma dimensão tão grande que se tornou difícil estabelecer quais narrativas realmente se encaixavam no tema.

Walker (1997) afirma que a expansão das questões sobre segurança no Pós-Guerra Fria trouxe para a área das Relações Internacionais algumas dificuldades. Para ele, as “novas configurações geopolíticas, as variações regionais e visões apocalípticas de colisões culturais, étnicas, ecológicas e econômicas, bem como a varredura desesperada de horizontes para novos inimigos²²” (WALKER, 1997, p.64) fizeram com que a visão sobre segurança englobasse, segundo o autor, tanto tudo, quanto nada. Assim, os discursos sobre a segurança caíram em generalidades vagas, que, em grande parte, passaram a ser articulados pela a ideia do global, desconsiderando-se, neste caso, a razão de Estado.

Segundo Walker (1997), as reivindicações sobre segurança, que antes poderiam ser expandidas para todas as necessidades das políticas de Estado, foram modificadas pelas condições históricas e passaram a abranger visões e perspectivas mais amplas. Walker (1997), destaca duas modificações advindas destas novas reivindicações sobre segurança,

primeiro, demandas são feitas para uma compreensão mais ampla do que a própria segurança envolve, do que significa ser seguro, bem como o que deve ser protegido. [...] Segundo, e mais importante, demandas são emitidas para uma compreensão mais ampla de cuja segurança está em jogo, e, geralmente, para uma questão de segurança mais persuasiva das pessoas em geral, e não apenas para os cidadãos de estados em particular (p. 65)²³.

²¹ (Tradução livre) “depend on the degree to which modern accounts of security have been articulated in relation to the structures and practices of the modern state, the determinations of the systemic relations in which states engages with other states, and the historical transformations through which those structures, practices, and determinations have changed from, say, the era of gunpowder and pirates to that of strategists and merchants of nuclear threat”. (Walker, 1997, p. 61)

²² (Tradução livre) “New geopolitical configurations, regional variations, and apocalyptic visions of cultural, ethnic, ecological, and economic collisions, as well as a desperate scanning of horizons for new enemies [...]”. (WALKER, 1997, p.64)

²³ (Tradução livre) “First, demands are made for a broader understanding of just what security itself involves, of what it means to be secure as well as what one is to be secured from. [...] Second, and more crucially, demands are issued for a broader understanding of whose security is at stake, and

A partir destas demandas percebe-se que o significado de segurança pode ser definido tanto pelas questões de ameaças geopolíticas, quanto por meio de processos sociais, questões culturais, ecológicas e econômicas.

Refletindo sobre as questões de segurança expostas por Walker, Mendes (2008) argumenta que:

podemos afirmar que a segurança, enquanto fenômeno internacional, se justifica mais pela maneira como historicamente a questão foi trabalhada, que por especificidades inerentes à natureza da mesma. Se conservarmos os argumentos de Walker (1995) para a análise desta definição, chegaríamos à conclusão que as tradições que ligam a segurança internacional às questões de poder político [...] são muito mais produto da dicotomia *inside-outside* que propriamente variável causadora da mesma (MENDES, 2008, p. 106-107).

É importante ressaltar que a ideia de segurança, além de ser historicamente construída através de discursos, apoiados por chefes de estado, acadêmicos e outros atores importantes internacionalmente, se modifica de acordo com as inseguranças de determinado período histórico, caracterizando, por extensão, como algo mutável. Isso significa que o que é segurança hoje, pode deixar de ser segurança em alguns anos, ou ter um significado diferente do que possuía quando era um discurso dominante.

Para a elaboração do discurso de segurança é preciso, primeiro, que haja a identificação de uma ameaça potencial à um determinado grupo e, depois, o acolhimento dessa relação de risco entre a ameaça e o grupo. Portanto, é a identidade construída dentro do Estado soberano que irá determinar o que é ameaça, ou não.

De acordo com Smith (2005),

a função do discurso de segurança tem sido a construção da noção de nós e eles, de dentro e fora da forma como vem sendo apresentados

como natural que são incertos e culturalmente/historicamente definições específicas dos participantes e questões²⁴ (p.49).

2.2 Segurança e Identidade

Como vimos, as questões sobre segurança dependem das narrativas construídas sobre as identidades para que discursos sobre o inimigo sejam aceitos, portanto, para melhor compreender as questões sobre segurança atualmente é necessário conhecer a importância da identidade nas relações internacionais.

Diferente do que acreditam os teóricos tradicionais, que as identidades são únicas e inquestionáveis, os pós-positivistas afirmam que as identidades não são encontradas na natureza do ser, são construídas por meio de várias narrativas discursivas, que servem como parâmetro para definir o que é o indivíduo e o grupo onde ele habita (MENDES, 2008). Além disso, de acordo com Barros (2006), estas narrativas não apenas constroem as identidades, como também as reconstróem dependendo dos acontecimentos históricos e das necessidades dos governantes, tendo em vista que tais identidades podem ser utilizadas politicamente.

De acordo com Lene Hansen (1996),

a construção da identidade é um processo relacional: a fim de identificar algo ou alguém, tem que se ressaltar o que a identidade não é. Uma identidade sempre será construída em oposição a alguma outra coisa, mas as relações de identidade e diferença sempre podem ser construídas em mais de uma maneira, e a identidade pode ser, portanto, construída em termos mais ou menos exclusivos²⁵ (HANSEN, 1996, p.478 - 479).

Assim, são as narrativas que constituem as identidades que vão delimitar o que é igual e o que é diferente, são elas que definem o que é o eu e o outro²⁶. “O [outro] somente é localizado fora do [eu] quando discursos são mobilizados e

²⁴ (Tradução livre) “the role of the discourse of security has been to construct notions of us and them, of inside and outside in ways that have presented as natural what are contingent and culturally/historically specific of the participants and issues”. (SMITH, 2005, p. 49)

²⁵ (Tradução livre) The construction of identity is a relational process: in order to identify something or someone, it has to be pointed out what the identity is not. An identity will always be constructed in opposition to something else, but relations of identity and difference can be constructed in more than one way, and identity can therefore be constructed in more or less exclusive. (HANSEN, 1996, 478-479).

²⁶ Do inglês “self and other”.

narrativas são produzidas dividindo o que está 'dentro' (semelhante) daquilo que está 'fora' (diferente)" (MENDES, 2008, p.111).

Por isso, apenas quando narrativas são enfrentadas com a relação entre ser igual ou diferente, amigo ou inimigo, que as identidades passam a fazer sentido. Além disso, quando cria-se uma narrativa onde é colocado um potencial inimigo, a ideia de outro é sempre posta como forma de legitimar o discurso de segurança contra algo diferente. Segundo Mendes (2008, p. 112), "sem a divisão entre [eu] e [outro], sem a delimitação do que está dentro e fora e sem as narrativas sobre o que nos assemelham e diferem, não existiria a possibilidade de identificarmos o perigo e gerarmos sentido de risco sobre o mesmo".

De acordo com Barros (2006), um dos autores que explica bem essa relação de construção da identidade é David Campbell, o qual discorre sobre a possibilidade da política externa, de determinado Estado, ser um dos instrumentos de construção e reconstrução da identidade. Para o autor, a globalização e as mudanças que ocorreram após a Guerra Fria começaram a colocar em risco a existência do próprio Estado, visto que a rápida difusão do conhecimento altera as percepções da identidade nacional. Como o Estado foi construído historicamente como local onde repousa a identidade nacional, o risco a existência dela também se torna risco a existência do próprio Estado. É nesse momento que o Estado precisa reafirmar, e se necessário, reconstruir, a identidade nacional a fim de manter suas fronteiras. Além disso, para evitar sua ruína o Estado passa a criar "discursos de perigo", os quais são submetidos à população com o intuito de assegurar a política externa como instrumento de defesa da nação.

Nas palavras de Campbell (1990, p. 266):

podemos dizer que a identidade no campo da política global pode ser entendida como o resultado de práticas de exclusão em que os elementos resistentes a uma identidade segura no interior estão ligados através de um discurso de perigo com as ameaças identificadas e localizadas na parte externa²⁷.

Dessa forma, podemos perceber que, para o autor, o Estado utiliza a política externa como instrumento de construção e reconstrução da identidade nacional com

²⁷ (Tradução livre) "we can say that identity in the realm of global politics can be understood as the outcome of exclusionary practices in which resistant elements to a secure identity on the inside are linked through a discourse of danger with threats identified and located on the outside." (CAMPBELL, 1990, p. 266)

o objetivo de garantir sua própria existência, mesmo que seja necessário a construção de um “discurso de perigo” (BARROS, 2006).

Segundo Barros (2006, p, 73), Campbell defende que,

A noção de “perigo” serve para reafirmar espaços morais criados para definição de fronteiras éticas e territoriais através do estabelecimento de dicotomias dentro/fora, eu/outro, doméstico/estrangeiro. A partir de um “discurso de medo” que mostra o fora, o outro, o estrangeiro, como fonte de perigo, os Estados reafirmam suas fronteiras éticas, ou suas identidades, e consequentemente suas fronteiras territoriais.

2.3 A Política de Exceção

Como vimos no início desta seção, a política de exceção ocorre quando o Estado acredita que a sua existência é ameaçada por um determinado grupo. Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008) afirma ser a esfera política imprescindível para a indicação da exceção, uma vez que, para o autor, é através da ação política que se pode legitimar e questionar ações da normalidade social.

Segundo Mendes (2008), para a identificação da esfera política é necessário saber quais características indicam as outras esferas da convivência social, como a economia, por exemplo. Porém, esta identificação não se dá apenas através da negação, ou seja, do que ela não é. Para que a esfera política seja identificada é preciso que o pesquisador aponte as características que são consideradas como política e a determine como uma esfera autônoma.

Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), aponta dois elementos básicos que irão auxiliar na separação entre a esfera política e as outras esferas sociais, que são: a) a delimitação das esferas pela identificação das polaridades, e b) o monopólio do Estado sob a política.

O primeiro elemento discorre sobre a identificação das esferas sociais por meio da utilização de polaridades específicas, ou seja, o que é bom ou mau, belo ou feio, no caso da política o que é moralmente aceito e o que não é. Dessa forma a política pode ser compreendida como a delimitação dos fenômenos que podem ser moralmente julgados.

No que se refere às relações entre os Estados, a classificação dos amigos ou inimigos determina quais os tipos de políticas serão utilizados por determinado Estado em relação aos outros. Neste contexto, até mesmo a neutralidade, segundo Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), é uma forma de classificar o outro grupo

como ameaça ou não. Dessa forma, classificar um grupo como amigo ou inimigo é julgá-lo politicamente. Como no caso das relações internacionais as ações políticas estão ligadas à existência do grupo, normas e regras políticas encontradas dentro do Estados só estariam garantidas com a segurança do grupo. Assim, mesmo que princípios fundamentais sejam estabelecidos entre a sociedade, se a existência do grupo estiver em risco, as normas políticas podem deixar de serem cumpridas, porém, isso só deve ocorrer durante determinado tempo. Nesta visão, percebemos que a política legitimaria a violência desde que esta seja utilizada em defesa da existência do grupo ameaçado.

O segundo elemento, de acordo com o autor, refere-se a percepção de que durante os séculos as decisões políticas foram sendo absorvidas pelo Estado, o qual passou a ser encarregado de toda a vida política de um grupo ao mesmo tempo em que se tornava o responsável por determinar o inimigo e o amigo. Assim, Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), argumenta que fazer política, atualmente, é exercê-la pelo Estado, lembrando que nesse caso, fazer política significa agir na exceção e possuir a legitimidade do uso da violência.

Segundo Mendes (2008, p. 20):

a referência a determinados grupos como potenciais ameaças à existência de um povo ainda é parâmetro para políticas exercidas pelos governantes. Entretanto, [...] a distinção entre amigo-inimigo não seria construída por posicionamentos objetivos, ou mesmo por relações materiais. O que levaria à construção de tais antagonismos seria muito mais a construção de discursos sobre o 'outro' que propriamente sua identificação real.

Desta maneira, segundo Mendes (2008), são os discursos produzidos para identificar o outro que legitimam o não cumprimento das regras e a utilização da violência, ou seja, a adoção da política de exceção.

De acordo com Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), cada esfera possui fatores e critérios próprios que o identificam e julgam. Dessa maneira, quando categorias são utilizadas dentro de uma esfera, estas mesmas categorias não podem ser analisadas e julgadas dentro de outras esferas, cada uma possui seus parâmetros de classificação.

Assim, a dicotomia amigo e inimigo são as categorias utilizadas para identificar a esfera política, uma vez que elas caracterizam bem as relações nesta área e não são utilizadas em outras esferas. Dentro desta lógica, não importa se o grupo a ser considerado é bonito ou feio, bom ou mau, a simples classificação de

amigo ou inimigo já é suficiente para considerá-lo ameaça, isso se a esfera a qual a classificação se refere for a política. Para Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), esta dicotomia não deve ser considerada uma simples metáfora, ela é, na verdade, uma forma concreta de oposição, uma vez que o outro é considerado uma ameaça à existência do grupo, mesmo que isso mude de acordo com situações e contextos.

Uma vez determinado o grupo que é visto como ameaça à existência ao Estado, ele automaticamente é visto como inimigo político, e para os inimigos é possível estabelecer soluções para lidar com a possibilidade de aniquilamento mútuo. Portanto, quando a classificação é política, ou se destrói completamente o inimigo, ou corre-se o risco de ser aniquilado por ele. Assim, para Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), considera-se inimigo o grupo que possui real possibilidade de combate e ameaça à existência do outro grupo, mesmo que isso ocorra eventualmente.

Segundo Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), as relações políticas podem ser delimitadas por dois requisitos: a) a relação tem que ser entre grupos, descartando-se relações entre dois indivíduos; e b) deve haver a possibilidade de guerra, se dois inimigos estão mais próximos da guerra, e o desejo de se aniquilarem é intenso, esta relação será caracterizada como política. Portanto, se, de acordo com Schmitt (1992, *apud*, MENDES, 2008), as distinções entre amigo e inimigo são a essência da política, então, cabe apenas ao Estado determinar quem deve, ou não, ser classificado como inimigo.

Outra questão importante sobre a exceção é que, segundo Mendes (2008), assim que uma situação é caracterizada como exceção ela não pode ser submetida a tentativas de previsão, uma vez que sua característica principal é ser imprevisível. Além disso, para Schmitt (2006, *apud*, MENDES, 2008, p. 28):

O que gera o caráter de existência do soberano é o fato de, em última instância, as regras poderem ser legitimamente quebradas pelo mesmo em nome da sobrevivência de um povo. [...] Em nome da continuidade das relações entre indivíduos de um grupo, aquele que se diz soberano deve poder chegar às últimas consequências sem o risco de ser julgado mundanamente por isto.

Dessa forma, pode-se entender que, para Schmitt (2006, *apud*, Mendes, 2008), o Estado só é considerado soberano quando ele pode decidir sobre a exceção. Ou seja, quando, em defesa de sua existência, ele pode agir da forma como julgar necessária sem haver julgamento por isso.

3 ANÁLISE DE DISCURSO

Como observado no decorrer deste trabalho, a ruptura pós-estruturalista, auxiliada pela virada linguística, trouxe para as Relações Internacionais a necessidade de estudo dos discursos, tanto para compreender a criação da disciplina e do sistema internacional, quanto na construção das ideias sobre segurança, identidade e exceção. Dentre os vários métodos expostos na primeira seção deste trabalho, optou-se por utilizar a análise de discurso como método de pesquisa em conjunto com a desconstrução, idealizada por Derrida.

Como observa Mendes (2008), a definição do que vem a ser a desconstrução é impossibilitada pela sua própria lógica, uma vez que para Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), as tentativas de delimitar determinados conceitos estão predestinadas à serem incompletas e acabam gerando outras interpretações. Dessa forma, a desconstrução seria mais o que não pode ser, do que o que realmente é. Neste caso a desconstrução seria, de acordo com Mendes (2008, p. 140), “uma abordagem que se define pela negação”. Corroborando esta mesma ideia, Arrojo (1992, *apud*, MENDES, 2008) afirma que a “desconstrução: não é um método, nem uma técnica e nem tampouco um modelo de crítica que possa ser sistematizado e regularmente aplicado a teorias, textos e conceitos” (p. 140).

Para que a ideia de desconstrução possa ser melhor entendida é preciso ressaltar algumas questões. Primeiro, não existe desconstrução completa. Para que algo seja desconstruído há a necessidade de um ponto de referência. Este ponto é o limitador das relativizações que serão feitas sobre determinado fenômeno, uma vez que a relativização sem limites traz prejuízos e impossibilita a própria desconstrução. Se tudo pode ser relativo, então como poderemos dizer que determinado assunto é relativo em relação a outro? Dessa forma, segundo Mendes (2008), pode-se dizer que a desconstrução não significa negar tudo que se quer relativizar, e sim acolher o que é dado até certo ponto, para que, a partir daí, seja possível ressignificar determinado fenômeno.

A segunda questão a ser abordada é a noção sobre a realidade. Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), argumenta que a noção de realidade foi criada tendo como parâmetro dicotomias, que por meio da oposição, criam a ideia do que é real, ou não. De acordo com Mendes (2008), Derrida ressalta a importância de que as dicotomias são criadas a partir de pressupostos valorativos, dentre os quais, um é

sempre visto como mais importante que o outro. Dentro desta perspectiva, desconstruir seria deslocar a dicotomia dando maior importância para a parte menos valorizada. Ao fazer isso, o estudioso exporia as contradições existentes em determinado fenômeno, deixando vulneráveis suas coerências.

Por último, é necessário compreender que a noção de sentido, exposta por Derrida, se dá por meio da repetição dos diferentes, que com o passar do tempo vão se sedimentando. “Deste modo, a repetição do diferente que se supõe igual é que construiria a noção de realidade. Existir é repetir-se constantemente em um fluxo que busca estabilizar incongruências através de valorizações” (MENDES, 2008, p 143).

Com isso, poderemos perceber que,

desconstruir é não centralizar; não se opor; não aceitar e, por fim, não reproduzir o diferente. A desconstrução descentraliza a lógica estrutural denuncia a presença de aberturas através das quais os significados escoam em busca de novas relações, gerando a sensação de que só é possível existir o mesmo a partir da transformação (MENDES, 2008, p.143).

De acordo com Mendes (2008), para que uma análise de discurso seja considerada como uma análise desconstrutivista é preciso que haja a problematização de três aspectos importantes²⁸: “a possibilidade de separação do mundo material do mundo das ideias; a aceitação de um autor de discurso situado no espaço exterior do seu texto; e a necessidade de contextualização do discurso analisado” (MENDES, 2008, p. 154).

O primeiro aspecto - a concepção de que o mundo das ideias e o mundo real são separados – refere-se a ideia da existência de um mundo material, externo, e que este existe independente da representação de quem o observa. Neste contexto, Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), chama a atenção para a ideia de que isso só ocorre porque a imagem de um mundo material é sustentada por meio da aceitação da dicotomia entre o real e o ilusório. Assim, a análise do mundo material estaria baseada na dicotomia verdade/mentira, onde o que é entendido como real e material estaria mais próximo da verdade e o que é irreal e imaterial estaria próximo da mentira. Além disso, a dicotomia real/ilusório teria um julgamento moral, onde o que é real seria caracterizado como algo melhor que o que se entende por ilusório.

²⁸ Estes três aspectos são, de acordo com Mendes (2008), encontrados nas análises de discurso construtivista. De acordo com este mesmo autor, estas características auxiliam na compreensão da análise de discurso desconstrutivista.

No entanto, a análise de discurso desconstrutivista não nega esta visão do mundo material, ela apenas ignora a utilidade da dicotomia real/ilusória e o julgamento de valor destas polaridades (MENDES, 2008). Isto ocorre porque, para Derrida (2004 *apud*, MENDES, 2008), o conceito de presença apenas existiria através da representação, assim a representação nada seria que o próprio mundo.

A [análise de discurso] não trata o discurso analisado como representação de uma materialidade. Todo discurso seria uma realidade em si mesmo. O contraponto da análise discursiva em termos derridianos não seria entre o texto e a realidade, mas entre o discurso em questão e os demais discursos que reforçariam, negariam e criariam interseções com o principal através de movimentos de interdiscursividades (MENDES, 2008, p. 157).

O segundo aspecto refere-se ao papel do autor nas análises de discurso. Os pós-positivistas, ao contrário das outras vertentes da análise de discurso²⁹, não corroboram a ideia de um autor externo capaz de guiar de forma legítima as interpretações advindas de seus discursos. Para Derrida (2004, *apud*, MENDES, 2008), o autor do discurso é apenas mais um elemento do próprio discurso, sendo os dois, texto e autor, intrinsecamente ligados, uma vez que eles dependem um do outro para existirem. Dessa forma, fazer um contraponto entre o discurso o seu próprio autor, seria, nada mais que uma intertextualidade, que poderia levar a outros níveis de representação mais avançados. Segundo Mendes (2008, p. 159), a revelação do autor do discurso não está totalmente descartada, para ele,

identificar um autor seria uma estratégia de gerar determinado *status* ao texto. Muito mais que contextualizar o discurso em questão, a revelação do seu autor serve como guia à interpretação do leitor, classificando determinadas conclusões como mais válidas em detrimento das demais.

O terceiro e último aspecto refere-se à necessidade de contextualização do discurso a ser analisado. Segundo Mendes (2008), as abordagens mais tradicionais da análise de discurso defendem a necessidade de uma contextualização histórica do discurso como forma de extrair o verdadeiro sentido presente nele. Porém, para os estudiosos da análise de discurso desconstrutivistas a contextualização nada mais é que um processo político utilizado para reafirmar determinadas perspectivas.

²⁹ De acordo com Leite (2012), a análise de discurso iniciou-se na linguística e, com o passar do tempo, outras áreas das ciências sociais passaram a utilizar a análise de discurso como método de pesquisa. Porém, como no início não havia uma metodologia única, cada área elaborou seu próprio método. Conforme este mesmo autor, análise de discurso nas Relações Internacionais podem ser divididas em três tipos diferentes. Como este trabalho se propõe a utilizar a abordagem pós-positivista, optou-se por abordar apenas esta última.

Esta reafirmação se daria através da defesa de uma suposta evolução que contrastaria o passado com o presente e conservaria as similaridades com o objetivo de garantir a ideia de continuidade (MENDES, 2008).

Isto não significa que os estudiosos que utilizam a análise de discurso desconstrutivista não possam utilizar a contextualização. Porém, caso optem por ela precisam estar cientes de que a contextualização é apenas uma interdiscursividade entre o texto analisado e o texto que irá norteá-lo no passado.

Assim, podemos observar que a análise de discurso desconstrutivista “trata o discurso como sinônimo de realidade” (MENDES, 2008, p. 164); acredita que o autor do discurso é um dos elementos produzidos por ele e pode, ou não, ser colocado como elemento importante da análise; e descarta a necessidade de contextualizar o discurso analisado, que caso seja feito é muito mais uma escolha do próprio autor que realmente algo necessário.

Como forma de sistematizar a análise do discurso pós-positivista, Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), cita quatro elementos que devem estar presentes em toda análise textual. O primeiro elemento refere-se à necessidade de delimitar o número de atores a serem analisados, que podem ser: a) únicos, quando apenas um único ator é responsável pelo discurso analisado; b) comparativos, quando há comparação entre diversos atores e seus discursos; e c) cruzado, quando dois ou mais discursos são contrapostos por terem uma relação dicotômica entre si.

O segundo elemento trata da classificação dos tipos textuais, que podem ser: a) discursos oficiais, aqueles transmitidos pelos órgãos e agências estatais ou pelos próprios autores do discurso como presidentes e ministros; b) debate político amplo, aqueles discursos proferidos por outras instituições como a mídia e os partidos políticos; c) representações culturais, aqueles que tratam de questões culturais em geral; e d) discursos políticos marginais.

O próximo elemento está ligado à perspectiva temporal, onde os discursos são classificados como: a) um único momento histórico; b) comparação entre dois momentos diferentes; e c) desenvolvimento histórico do discurso. No quarto e último elemento, encontramos delimitação do número de eventos abordados, que são divididos em: a) um momento único; b) múltiplos eventos relacionados por determinado assunto; e c) múltiplos eventos relacionados ao longo do tempo.

Com base nessa sistematização temos o seguinte modelo:

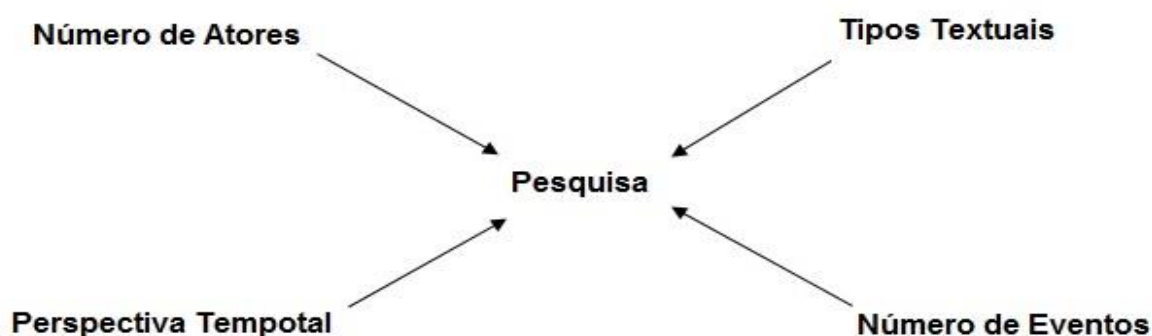


Figura 1: Modelo de pesquisa adaptado de Hansen (2006, p. 81, *apud*, LEITE, 2012, p. 201)

Para Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), esta forma de análise possibilita a abordagem dos principais elementos do discurso. Além disso, de acordo com a autora, este modelo auxilia na identificação dos elementos discursivos que irão construir a ideia do eu e do outro. Para que tal compreensão aconteça de forma mais clara, ainda se faz necessária a criação de uma estrutura capaz de assimilar como as identidades foram construídas.

Assim, Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), apresenta dois processos que servem de estrutura nestes casos, que são o processo de ligação e o processo de diferenciação. O primeiro se caracteriza pela identificação dos significados que irão, em conjunto, mostrar como cada identidade é construída. O segundo processo coloca uma identidade de encontro a outra, buscando mostrar como a construção discursiva destas identidades se relacionam.

Como forma de exemplificar o processo de ligação, Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), apresenta o seguinte modelo:

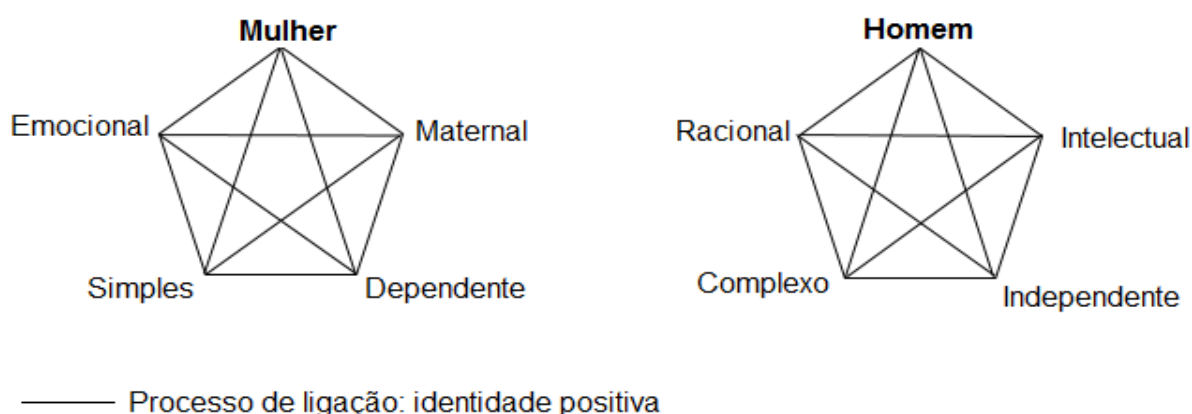


Figura 2: Processo de ligação. Adaptado de Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012, p. 202).

Neste modelo, as características destinadas à mulher são contrapostas às vinculadas ao homem. Tais características dizem respeito à construção das identidades e são específicas de cada ator. Apesar destas características se relacionarem dentro dos atores, elas precisam passar por uma desconstrução em relação ao outro ator analisado, para que aquilo que é observado como construção positiva possa ser enxergado como realmente é, uma relação hierárquica e posicional (HANSEN, 2006, *apud*, LEITE, 2012). É importante salientar que, se estas identidades forem analisadas individualmente elas irão reafirmar as características já intrínsecas a elas, portanto, para que as instabilidades presentes nas identidades apareçam, é necessário realizar o processo de diferenciação.

A diferenciação proposta por Hansen é próxima do que Campbell (1998) discute no processo de construção das identidades. Para este autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “Eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “Outro” possa ser percebido como “mau” ou “inferior” (LEITE, 2012, p. 203).

O modelo a seguir exemplifica o processo de diferenciação proposto por Hansen (2006).

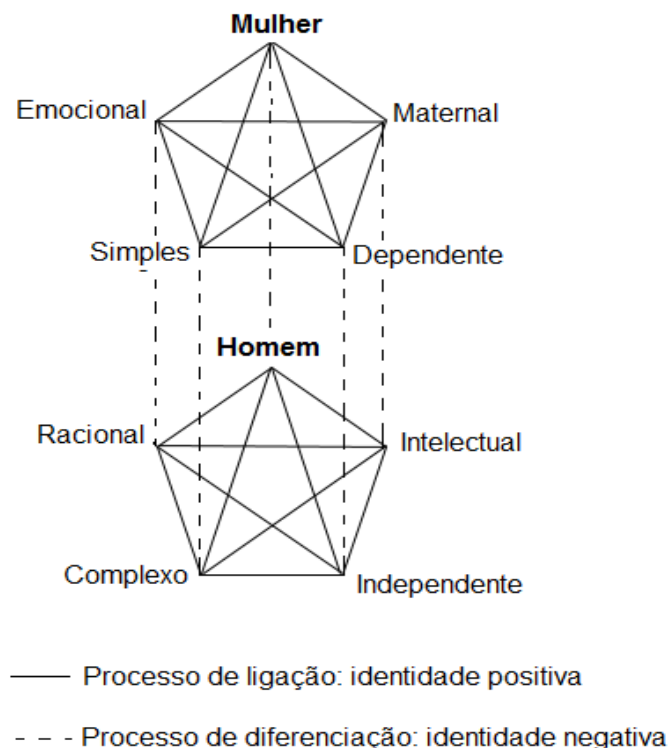


Figura 3: Processo de ligação e diferenciação. Adaptado de Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012, p. 203)

Observando o modelo do processo de diferenciação apresentado por Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012), pode-se perceber que as identidades não são apenas construídas, mas justapostas de tal maneira que uma, neste caso a do homem, adquire uma posição superior à da outra, a mulher. Assim, fica claro que, a simples caracterização das identidades não é suficiente para mostrar as instabilidades e dicotomias presentes nos discursos.

3.1 Análise dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense Ariel Sharon

Neste trabalho, optou-se por analisar como os discursos do ex-primeiro-ministro israelense Ariel Sharon pretendem associar a ideia de inimigo e insegurança à identidade palestina, com objetivos claros de justificar suas políticas de agressão contra os palestinos, com vistas a inviabilizar qualquer tentativa de construção de um Estado palestino.

Dessa forma, de acordo com o modelo de pesquisa proposto por Hansen, selecionou-se apenas um único autor responsável pelos discursos analisados, o ex-primeiro-ministro Ariel Sharon. É importante salientar que, neste caso, não se faz necessário averiguar se os discursos foram realmente escritos pelo ex-primeiro-ministro israelense ou por um de seus assessores. Uma vez que ele os produz torna-se responsável por eles, sendo a real autoria dos discursos uma informação desnecessária.

Em relação aos tipos textuais, este trabalho utiliza a transcrição, em inglês, dos discursos oficiais do ex-primeiro-ministro, disponibilizados no site oficial do Ministério das Relações Exteriores de Israel³⁰. Neste caso, foi feito um estudo de todos os discursos de Ariel Sharon durante seu período como primeiro-ministro, de 2001 à 2006, sem haver preocupação com reações, apoios ou contra repostas dirigidos à eles. Desde o início, o interesse desta análise foi voltado exclusivamente à forma como o ex-primeiro-ministro constrói a identidade palestina em seu discurso e como isso serve para justificar as suas medidas políticas, nas relações com os palestinos e na possibilidade de criação do Estado palestino.

³⁰ Do inglês: "Israel Ministry of Foreign Affairs".

No que diz respeito a perspectiva temporal, aborda-se o desenvolvimento histórico dos discursos do ex-primeiro-ministro israelense, sendo utilizados neste trabalho textos do início de seu mandato, em 2001, até o fim do segundo mandato, em 2006. Faz-se necessário frisar que em janeiro de 2006 Ariel Sharon sofreu um derrame que o deixou em estado vegetativo. Porém, antes do acidente ele foi entrevistado por alguns repórteres em seu escritório, fazendo com que aquele ano entrasse no período da pesquisa.

Por fim, em relação ao número de eventos, foram selecionados múltiplos eventos relacionados ao longo do tempo. Esta escolha ocorreu após a percepção de que as características utilizadas na construção da identidade dos palestinos permanecem as mesmas durante todo o governo. Os discursos sobre segurança, especialmente os relacionados às “tentativas” de acordos de paz e à criação do Estado palestino, apresentam pequenas modificações ao longo do tempo, fazendo com que as ações políticas tomadas pelo governo de Israel possuam grandes similaridades.

Desta forma, colocando estas informações no modelo de pesquisa da análise de discurso proposto por Hansen, temos o seguinte esquema:

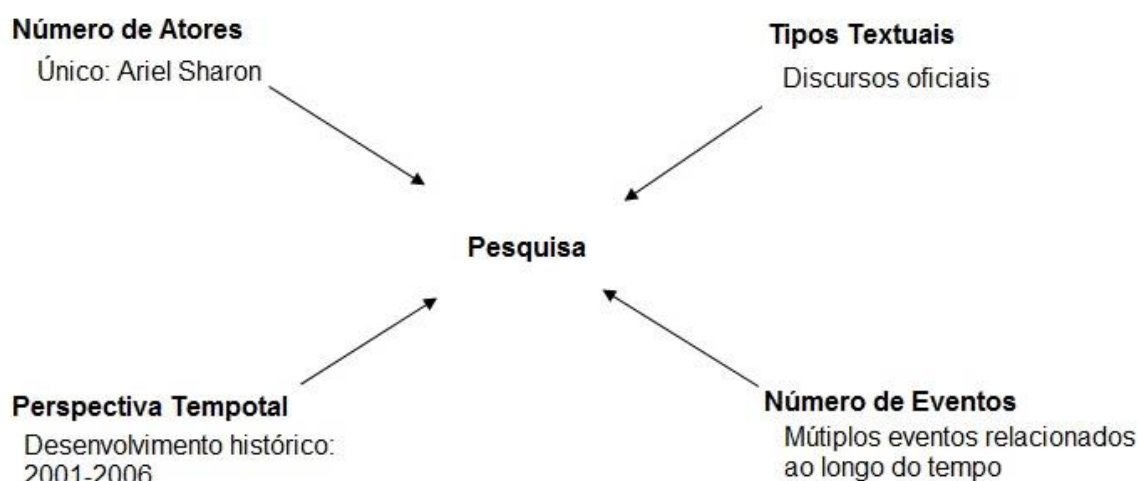


Figura 4: Análise dos discursos de Ariel Sharon. Adaptado de Hansen (2006, p. 81, *apud*, LEITE, 2012, p. 201)

3.1.1 A construção da identidade dos palestinos nos discursos de Ariel Sharon

Como vimos anteriormente, de acordo com Hansen, a elaboração da esquematização é apenas o primeiro passo para a identificação dos elementos discursivos que constroem a ideia do eu e do outro. Desvendar a construção das identidades em questão é importante pois, como vimos no segundo ponto deste trabalho, a construção da identidade está intrinsecamente ligada aos discursos sobre segurança e às políticas de exceção. Pois é a partir da identificação do eu e do outro, do amigo e do inimigo, que as questões de segurança e posteriormente as políticas de exceção irão se pautar para garantirem sua legitimidade.

Sendo assim, descobrir como a identidade dos palestinos é construída nos discursos de Sharon e como ela se relaciona com a identidade israelense é de fundamental importância para compreender os discursos de segurança do Estado de Israel e as políticas de exceção que são derivadas desses discursos.

Assim, é preciso elucidar quais características são utilizadas para definir a identidade palestina nos discursos de Sharon, tendo, neste caso, a identidade israelense como comparação, dado que a construção de uma identidade ocorre quando esta é posta em contraponto à outra. Desse modo, utiliza-se o modelo do processo de ligação, proposto por Hansen, para apresentar como as características inerentes aos palestinos e aos israelenses aparecem dentro dos discursos do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon.

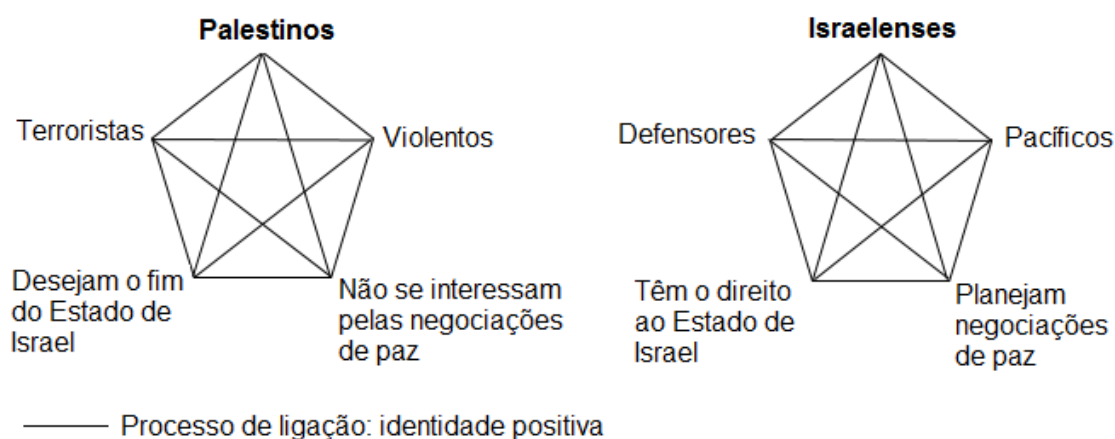


Figura 5: Processo de ligação entre as identidades palestinas e israelenses. Adaptado de Hansen (2006, *apud*, LEITE, 2012, p. 202).

As características apresentadas neste modelo podem ser encontradas em praticamente todos os discursos de Ariel Sharon. Estas características não se encontram de forma explícita nos discursos, porém, quando os palestinos ou a Autoridade Palestina são citados, as palavras terror, violência e incitação contra o Estado de Israel estão sempre presentes. A partir disto, pode-se deduzir que, como os palestinos estão relacionados com o terror, violência e incitação, as características identitárias dos palestinos presentes nos discursos são: terroristas, violentos e que desejam o fim do Estado de Israel.

Outra questão presente nos discursos e que pode ser utilizada como característica dos palestinos é o fato de que, de acordo com Sharon, eles não se interessam pelas tentativas de negociação de paz, pois, não se prontificam a realizar as etapas sugeridas por Israel para que estes possíveis acordos sejam discutidos³¹.

No que concerne às características israelenses, pode-se perceber, nos discursos de Sharon, que eles são retratados como um povo que luta para permanecer em sua terra de direito, defendendo-se do terror e violência impostos a eles. Além disso, Sharon repete inúmeras vezes que os israelenses são um povo pacífico, que defendem a paz acima de tudo e que o Estado de Israel está disposto a negociar em busca da paz, desde que esta negociação não coloque em risco a segurança do Estado. É interessante mencionar que nos discursos o Estado de Israel é visto como único lugar onde os judeus podem se defender.

De acordo com Hansen, para que a análise da construção das identidades seja mais clara é preciso que as características inerentes a estas identidades sejam sobrepostas, a fim de demonstrar que, durante o processo de criação, uma delas recebe características que a torna superior e a outra recebe características que a inferiorizam. Neste caso, o processo de diferenciação é utilizado como mecanismo para elucidar esta construção.

³¹ Este assunto será retomado mais adiante na parte sobre as questões de segurança.

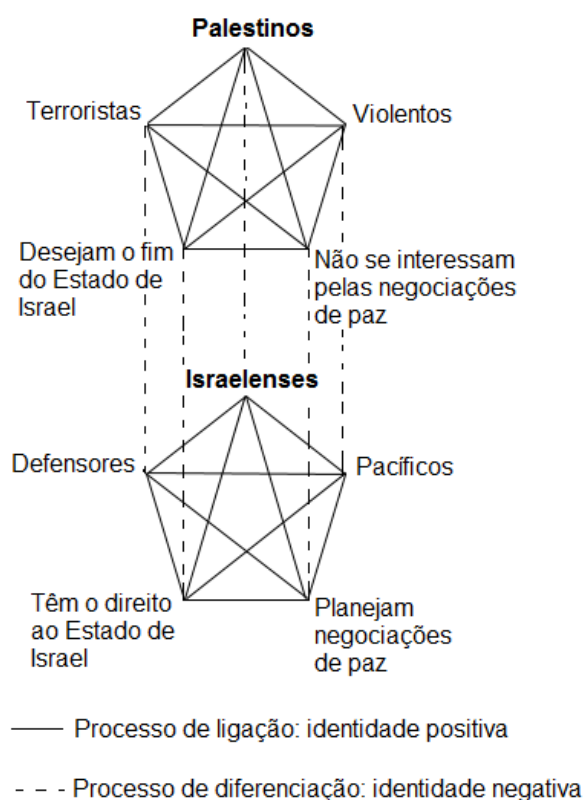


Figura 6: Processo de ligação e diferenciação entre as identidades palestinas e israelenses. Adaptado de Hansen (2006), *apud*, Leite (2012, p. 203)

Observando o processo de diferenciação acima, pode-se perceber que os palestinos possuem características negativas como terroristas e violentos, enquanto os israelenses têm características positivas, como defensores e pacíficos. Isso demonstra que, neste caso, a identidade dos palestinos é retratada como a identidade inferior, fazendo com que, nos discursos, eles sejam vistos como o outro, o inimigo, aqueles que devem ser combatidos.

3.1.2 As questões de segurança e as políticas de exceção nos discursos do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon.

Como visto no segundo ponto deste trabalho, a definição do inimigo é importante pois, é a partir dela que o Estado constrói e legitima seu discurso de segurança. É definindo o inimigo em potencial que a ideia de perigo é construída, fazendo com que as ações em prol da segurança do Estado sejam aceitas pela sociedade tanto nacional, quanto internacional. Além disso, de acordo com

Campbell, a globalização ameaça a existência do próprio Estado, fazendo com que ele, para evitar sua ruína, reafirme e/ou reconstrua sua identidade nacional. É neste momento que o Estado pode criar “discursos de perigo”, que serão submetidos a população como forma de assegurar sua política externa como instrumento de defesa da nação.

Os aspectos expostos acima podem ser encontrados desde o início do mandato até os últimos anos de governo do ex-primeiro-ministro israelense. A caracterização da identidade dos palestinos como terroristas, violentos, que não desejam a paz, mas o fim do Estado de Israel, está sempre ligada as questões de segurança, mostrando mais uma vez como estes dois temas estão fortemente interligados.

As questões sobre segurança estão presentes na grande maioria dos discursos de Ariel Sharon, mesmo em assuntos que não possuem uma ligação direta com o tema, como por exemplo, jogos esportivos e investimentos em educação, estas questões são sempre abordadas. Sharon deixa bem claro, em todo o seu período de governo que a segurança do Estado de Israel e sua população dependem diretamente da capacidade dos palestinos em aceitarem as propostas de paz e seguirem à risca os passos delimitados por Israel para que os acordos possam acontecer. Dessa forma, percebe-se que, de acordo com os discursos de Ariel Sharon, só haverá paz quando os israelenses se sentirem seguros, sem nenhum ataque ou incitação contra sua existência.

Estas questões são tão essenciais para Sharon que desde os primeiros discursos elas estão presentes, como, por exemplo, no trecho retirado do seu discurso inaugural no Knesset³², em sete de março de 2001.

These days it is important to recall: at the basis of the peace process stands the principle of solving disputes by peaceful means while avoiding the use of violence. We will firmly stand on this basic principle. We will demand of the Palestinians that they renounce violence, terror and incitement and of the Palestinian Authority that they fulfill their obligations and combat terrorism directed against Israel, its citizens and soldiers.

Outro discurso onde encontra-se esta mesma preocupação é sua entrevista à CNN, em onze de março de 2001, onde ele diz:

³² Knesset é o nome dado ao parlamento israelense.

Myself and my government are committed to peace. We have chosen the road of peace. We know it's not an easy thing. It will take a long time. We have a conflict with the Palestinians that started over 120 years ago, but we've decided to do it. And I'm sure that the day will come that we'll achieve peace with the Palestinians, as with all our Arab neighbors. I think that maybe it was the major mistake of the former Israeli government that agreed to negotiate under fire and under terror, because that only caused and brought about more demands from the Palestinians, and Israel made some more concessions. Israel became weaker and weaker. And the end was that after major effort by the Israeli government led by Prime Minister Barak, we have not achieved peace and we have not achieved security.

É interessante notar que, neste último trecho, Sharon além de citar seu comprometimento com a paz trata de um assunto muito importante que será necessário para entender todos os outros discursos, como a paz entre os dois povos deve ser conquistada. Para ele, os governantes anteriores errarem ao se comprometerem com acordos de paz enquanto havia terror e violência por parte dos palestinos. Por causa disso, em seus pronunciamentos e entrevistas, quando o assunto é abordado, sempre afirma que deseja a paz, mas que ela só ocorrerá quando os palestinos seguirem as diretrizes delimitadas pelo governo de Israel, para que haja, então, uma conversa em prol da paz.

I would like to tell you in a very frank way – we will not pay protection money. That is our position. We don't have to pay in order to create a situation that we will not be killed. That is not what we believe. We believe there should be security, that is the first role of the Palestinian Authority. (Declaração de Ariel Sharon à Associação da Imprensa Estrangeira³³, em oito de maio de 2001.)

I call upon our Palestinian neighbors: We will achieve peace, only if we talk. Stop the violence, and you will discover in us a serious and responsible partner for achieving peace. Nothing will be gained through violence. Peace requires painful compromises on both sides, but it can only be attained at the negotiating table. (Discurso de Ariel Sharon em 22 de maio de 2001.)

Os discursos referentes aos relatórios e planos para se alcançar a paz, que são geralmente sugeridos pelo ex-primeiro-ministro israelense e um representante do governo dos Estados Unidos, o Secretário de Estado ou o próprio presidente George W. Bush, são importantes pois, como observado anteriormente são nestes discursos que se encontram as questões de segurança e os discursos de perigo.

³³ Do inglês, The Foreign Press Association.

Durante o período em que Ariel Sharon permaneceu no cargo de primeiro-ministro israelense foram sugeridos dois grandes planos para que as negociações de paz pudessem ter início, que são o *Mitchell Report* (2001) e o *Roadmap* (2003). Estes planos têm como objetivo geral dar diretrizes aos palestinos e, em alguns momentos, aos israelenses para que, após cumpridas todas as etapas delimitadas, representantes dos dois povos possam se reunir e decidirem sobre a paz e sobre a possível criação do Estado palestino.

O *Mitchell Report*, elaborado pelo governo dos Estados Unidos, delimita uma linha do tempo que deve ser seguida pelos palestinos para que, como dito anteriormente, os representantes dos dois povos possam se unir e discutir os próximos passos a serem seguidos para um acordo de paz. Esta linha do tempo é composta de quatro passos: 1- uma total e incondicional interrupção da violência e do terror; 2- um significativo período de arrefecimento; 3- implementação de medidas geradoras de confiança (CBM's³⁴); 4- retomada de negociações políticas.

Em mensagem à Liga da Amizade Israel-Americana, em 24 de junho de 2001, Ariel Sharon reforça os passos do *Mitchell Report* e acrescenta:

We insisted that the cease-fire includes ALL forms of violence and hostilities including assaulting Israelis with rocks and Molotov cocktails. The cease-fire must also encompass a cessation of all hostilities against Israelis everywhere. Finally, the cease-fire requires the re-arrest of terrorists who are now free but still seek to attack innocent Israeli civilians. This is a fundamental obligation of the Palestinians from all their past agreements with Israel.

Em outro pronunciamento, realizado em uma coletiva de imprensa após seu encontro com o Secretário de Estado Colin Powell, em 28 de junho de 2001, Sharon reafirma novamente os passos do *Mitchell Report*, porém desta vez, ele fala sobre os outros pontos, e não apenas sobre o cessar fogo.

Today a meeting was held in which the positions were clarified. We see the next steps as follows: a full and absolute cessation of terrorism incidents, violence, and incitement. When there is complete quiet, there will follow seven trial days to see how the Palestinian Authority keeps its obligations. After the seven trial days, the cooling-off period of six weeks will begin. During this entire period, there must be complete quiet. If complete quiet is maintained, we will proceed to the next stage of confidence-building measures [...].

³⁴ Sigla em inglês para Confidence Building Measures..

Em entrevista ao Fox News Sunday, em cinco de agosto de 2001, Sharon fala sobre o andamento do *Mitchell Report*, que ainda não havia passado do primeiro degrau, afirmando que os palestinos, em especial o representante da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, ainda não haviam acabado com todos os ataques terroristas, a violência e a incitação contra Israel. Quando questionado pelo repórter se acreditava na declaração dada por Arafat de que este estava comprometido com o cessar fogo, Sharon responde,

So I think that we have to look not at words, but at deeds and acts. By now, we don't see any change whatsoever. [...] No steps have been taken by him. And I made it very clear that we have to defend our citizens. We have to defend our lives. And that therefore, we had to take counterterrorist steps. [...] It's not a circle of terror here. On the one hand, we have murderers, killers, suicide bombers. On the other hand, we are taking defensive counterterrorist measures. That's what we are doing.

Como pode-se perceber nos trechos apresentados acima, este plano não apresenta nenhuma abertura para a criação de um Estado palestino, porém, deixa claro as ressalvas que o Estado israelense tem quanto às ações dos palestinos. São encontrados, não só nestes discursos, mas em vários outros, passagens onde as ações, ou não ações, dos palestinos representam medo e insegurança para o Estado de Israel.

Após o atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, Ariel Sharon passa a dar maior ênfase nas questões que envolvem o terrorismo, comparando, muitas vezes, o terror sofrido pelos Estados Unidos ao que o Estado de Israel sofre diariamente. Em muitos discursos, Sharon se mostra solidário com os norte-americanos afirmando conhecer bem o sofrimento deles e comprometendo-se a auxiliar o presidente Bush na luta contra o terror mundial. O discurso do ex-primeiro-ministro contra o terrorismo se torna tão fervoroso que na Sessão Solidária Especial do Knesset, em 16 de setembro de 2001, Sharon chega a comparar o terror imposto por Arafat ao realizado por Bin-Laden.

We were not surprised by Arab, Palestinian and radical Islamic terrorism. Arafat chose a strategy of terrorism and established a coalition of terrorism. Terrorist actions against Israeli citizens are no different from Bin-Laden's terrorism against American citizens. Terrorism is terrorism and murder is murder.

Além disso, ele afirma que não há distinção entre o “bom” e o “mau” terrorismo, há apenas o terror e este deve ser combatido vigorosamente por todos os povos.

And we are on the side of those who have decided to fight terror. There is no good terror and bad terror. Terror is terror. There's not terror that you can accept and terror that you cannot accept. Terror is terror. Murder is murder. And we have to fight against them. (Entrevista de Ariel Sharon à CNN, em 21 de setembro de 2001)

Após este acontecimento, Sharon deposita sobre Arafat toda a responsabilidade pela ausência de paz, colocando-o sempre como o responsável pelos ataques terroristas e as incitações contra Israel. Em discurso dado após o encontro com o Primeiro-Ministro Belga, em 18 de novembro de 2001, Sharon ratifica seu desejo pela paz e sua opinião em relação ao Yasser Arafat, argumentando, novamente, de que este não se esforça na luta contra o terror.

Israel is a Peace-seeking nation. Our hand has always been extended in friendship to our neighbors, and today we wish to pursue the path of peace. We want peace with our Palestinian neighbors, real Peace, peace for generations – Israeli generations and Palestinian generations. Israel wants peace, but we must not forget that during this last year the State of Israel has been facing a campaign of brutal terrorism that has been forced upon us by the Palestinian Authority. The source of this terror and incitement emanates from Chairman Arafat, who leads this coalitions of terror in cooperation with Hamas, Islamic Jihad, Hizbullah, Fatah, Tanzim, and Force 17. Every time Arafat reports to the international community that he is arresting terrorists, we see those same terrorists freely roaming the streets, and preparing bombs and explosives. Fortunately for us, these bombs and explosives occasionally hit the ones who place them.

Além disso, neste mesmo discurso, Sharon reafirma que o Estado de Israel está disposto a fazer dolorosos compromissos em favor da paz, porém, eles não devem comprometer a segurança e proteção dos israelenses.

I said in the past that in exchange for real peace, the State of Israel would be willing to make painful compromises. However, there will be no compromise on the security and safety of the citizens of Israel.

Em discurso proferido à Nação, em três de dezembro de 2001, Sharon reafirma seu posicionamento sobre Arafat, confirmando-o como amante do terrorismo.

Arafat is responsible for everything that happens here. Arafat has made his strategic choices: a strategy of terrorism, in choosing to try and win

political accomplishments through murder and in choosing to allow the ruthless killing of innocent civilians, Arafat has chosen the path of terrorism.

Estes mesmos discursos sobre paz, insegurança e terror, apresentados acima, permanecem durante todo o ano de 2002, demonstrando pequenas mudanças entre eles. A maior mudança nos discursos desse período é quando Sharon trata sobre a possível criação de um Estado palestino. É interessante notar que é apenas depois de um ano de mandato que o ex-primeiro-ministro israelense fala sobre o assunto.

A primeira vez que Ariel Sharon aborda a possibilidade de aceitar o Estado palestino é após seu encontro com o presidente George Bush, em sete de fevereiro de 2002, quando ele comenta que acredita na criação de um Estado palestino desde que o processo para as negociações de paz esteja terminado.

I believe one day we'll be reaching a peace. Israel is committed to peace. And at the end of the process, I believe that the Palestinian state, of course, will be – we'll see a Palestinian state. But only at the and the final steps that should be taken in order to start negotiations. They cannot be done under terror. We are – my role and my government's role is to defend our citizens against acts of terror.

Logo após este primeiro discurso, Sharon faz um pronunciamento na Conferência dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas Americanas³⁵, em 20 de fevereiro de 2002, onde esclarece o que significa, para ele, os 100% de esforço que os palestinos devem realizar para que os acordos possam ter início.

What are the steps that should be taken that will be regarded as 100% effort? First, real arrests, because right now nobody is in prison, and interrogation of terrorists. Not only those 33 whose names have been mentioned, there are several hundred that should be arrested. Second, dismantling of terrorist organizations and their infrastructure: the Hamas, the Islamic Jihad, the Popular Front, the Tanzim, the part of Force 17 that is involved in terror and the Democratic Front. They should be dismantled including their infrastructure. Third, the weapons of those terrorist organizations, and we are talking about very large quantities of weapons that have been smuggled in recent years into the Palestinians Authority area by the Palestinian Authority and other terrorist organizations as well as weapons that have been manufactured by the Palestinian Authority and by the other terrorists organizations, should be collected, handed over to American representatives, taken out of the Palestinian Authority area and destroyed. Fourth, the Palestinian Authority should take serious preventive steps. They never did it. Fifth, they have to stop the incitement. These are the steps that must be carried out if they really want move forward with negotiations.

³⁵ Do inglês Conference of Presidents of Major American Jewish Organizations

Em 31 de março de 2002, no seu Discurso à Nação, Sharon define Arafat como real inimigo do povo israelense, afirmando mais uma vez que o representante do povo palestino é o responsável pelo terror e pela falta da paz na região. Além disso, Arafat também é definido como inimigo de todo o mundo livre, ou seja, de todas as democracias do mundo.

This terror is operated, directed and initiated by one man – Palestinian Authority Chairman Yasser Arafat, Arafat heads a coalition of terror. He operates a strategy of terror. The PA Chairman is an enemy of Israel in particular and the entire free world in general. All those who treasure freedom, all those who were raised on the values of freedom and democracy, must know that Arafat is an obstacle to peace in the Middle East. Arafat endangers the stability of the entire region.

Em mensagem à Conferência Política da AIPAC³⁶, no dia 23 de abril de 2002, Sharon reaviva sua alegada esperança em conseguir a paz e apresenta três fases para um plano de paz, que tem como ações impostas aos palestinos a completa extinção da violência, das hostilidades e das incitações contra Israel. Este plano apresenta uma pequena modificação em relação ao *Mitchell Report*, pois, Sharon declara que, ao final de completar as etapas, Israel e os palestinos poderão definir suas fronteiras permanentes, acabando com o conflito entre israelenses, palestinos e os países árabes.

A regional peace conference will enable Israel to present its peace plan. This plan contain three phases: a complete cessation of violence, hostilities, and especially incitement which leads to violent terrorist acts; a long-term intermediate agreement, similar to an armistice; and finally a permanent agreement, in which Israel's final borders and the Palestinians final borders, will be established, ending the conflict between us and the Palestinians and the Arab countries. This must be based on Israel's right to exist in secure borders and provide for normalized relations with all countries in the region.

Nota-se que, apesar de concordar com um acordo que defina as fronteiras definitivas entre Israel e o território ocupado pelos palestinos, Sharon defende o direito do Estado de Israel em existir dentro de fronteiras seguras. Este discurso, pode ser interpretado como um discurso de insegurança, visto que, se Israel não se sentisse inseguro não precisaria defender seu direito de existir.

No pronunciamento proferido na Assembleia da Agência Judaica, em 23 de junho de 2002, Sharon apresenta novamente os pontos que os palestinos precisam

³⁶ Sigla em inglês para The American Israel Public Affairs Committee, que em português significa Comitê de Assuntos Públicos Israelo-Americano.

cumprir para se alcançar a paz. Além disso, Sharon também reafirma seu discurso de que a paz é necessária e que ele, como representante do povo israelense irá buscá-la, porém, sem comprometer a segurança de seu povo.

Israel is a state that pursues peace, but we will not compromise on our security. Israel aspires to engage in a diplomatic process with the Palestinians as soon as possible. In order to accomplish this, in order to achieve peace, two things must happen: a complete cessation of terror, violence and incitement. A complete change in the Palestinian Authority. Real reform, a different Authority. We must stand with determination on these conditions. Only in this way can we achieve peace in the region in which we live.

Neste último discurso, Sharon fala sobre a necessidade de uma reforma na Autoridade Palestina, o que não ocorre anteriormente, mas que será repetido nos discursos vindouros.

Além do terrorismo, da violência e da incitação contra o Estado israelense, Sharon ainda apresenta outra consequência dos problemas de segurança vividos pelos israelenses, a crise econômica. Apesar de afirmar que a crise interna é resultado da crise internacional, o ex-primeiro-ministro argumenta que a falta de segurança é um empecilho ao desenvolvimento da economia do país e demanda enormes recursos dos israelenses.

In addition to our security problems, the State of Israel is in the midst of a difficult economic crisis, which has largely been the result of the international economic crisis over the last two years. These economic difficulties have been aggravated by the security situation which, on the one hand, makes it difficult for us to develop the economy, and on the other hand demands enormous resources from the pockets of every Israeli. (Discursos na Abertura da Sessão de Inverno do Knesset, em 14 de outubro de 2002.)

No último discurso de 2002, disponibilizado pelo governo, Sharon fala abertamente na Conferência Herzliya, realizada em quatro de dezembro, sobre os problemas que envolvem a Autoridade Palestina. Primeiro ele afirma ser o representante da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, o culpado pela campanha de terror contra Israel. Depois ele reafirma que o Estado israelense tem o direito de existir em paz e em segurança com seus vizinhos. Por fim, ele reafirma os pontos do plano de paz que a Autoridade Palestina deve cumprir para que o Estado palestino seja aceito.

The reconstruction of a Palestinian government should commence with governmental reforms which will ultimately lead to the establishment of a new, honest and peace-seeking administration, the removal of Arafat from his command of power and sources of financing, and from the decision-making

process, and his relegation to a symbolic role. [...]]The provisional Palestinian government will administer a more efficient governmental system, fight the prevailing corruption in the PA and adhere to regulations of proper management. [...] Dismantling all existing security (/terrorist) bodies, the majority of which are, in fact, involved in terror; these organizations, which are directly subordinate to Arafat, are essentially corrupt, and responsible for the deaths of hundreds of Israelis. These bodies will be replaced by two or three new organizations which will consist of a police force and security services; these new organizations will have a uniform command, which will be responsible for dismantling the current complex web of militias and armed gangs. A Minister of the Interior will be appointed, and will be responsible for collecting illegal weapons and transferring them to a third party which will remove them from the PA territories and destroy them, and outlawing terrorist organizations. [...] The security reform must accompany a sincere and real effort to stop terrorism, while applying the "chain of preventive measures" outlined by the Americans: intelligence gathering, arrest, interrogation, prosecution and punishment. [...] Peace and coexistence cannot be achieved without reform in the fields of education, media and information; the virulent incitement mechanism instigated by the PA against Israel must be stopped immediately; there can be no peace while the Palestinian education system instills in their young generation a culture of hatred, violence and terror.

Além dos pontos apresentados acima, Sharon esclarece que, após cumpridas todas estas exigências serão implementadas mais duas fases, as quais dizem respeito à criação do Estado palestino. A segunda fase, já que a primeira trata-se das reformas e adequações expostas acima, estabelece um Estado palestino sem bordas definidas e desmilitarizado, tendo Israel como coordenador das entradas e saídas, do controle aéreo e das alianças políticas do novo Estado. Apenas na fase final serão decididas as fronteiras permanentes do Estado palestino.

The second phase of President Bush's sequence proposes the establishment of a Palestinian state with borders yet to be finalized, and which will overlap with territories A and B, except for essential security zones. This Palestinian state will be completely demilitarized. It will be allowed to maintain lightly armed police and interior forces to ensure civil order. Israel will continue to control all entries and exits to the Palestinian state, will command its airspace, and not allow it to form alliances with Israel's enemies. [...] In the final phase of President Bush's sequence negotiations will be opened to determine the final status of the Palestinian state and fix its permanent borders. As I emphasized, no progress will be made from one phase to the next until such time as quiet has been restored, Palestinian rule has undergone fundamental changes, and coexistence is ensured.

Como dito anteriormente, os discursos de segurança permanecem os mesmos durante todo o mandato de Ariel Sharon. Assim, em 2003, estes discursos continuam apontando as etapas que os palestinos devem cumprir para que os acordos de paz tenham seu início. Além disso, é apresentado o segundo grande plano para os acordos de paz, o *Roadmap*, que, mesmo sem ter nenhuma parte

implementada abre espaço para outro plano importante no governo de Sharon, o *Disengagement Plan*. Neste ano, também é abordado o *Security Fence*, que, assim como o *Disengagement Plan*, não é colocado junto com os planos para a paz pois não possui as mesmas características que os outros, sendo caracterizado mais como uma política de exceção, como veremos mais adiante.

Em nota dada à Imprensa Estrangeira, em 19 de janeiro de 2003, Sharon fala, novamente, sobre as etapas necessárias para o reconhecimento do Estado palestino, ressaltando que as “organizações terroristas” devem ser eliminadas.

We have three phases to reach an agreement. The first stage talks about complete cessation of terror and violence, that is a precondition for any move forward. The second phase is where each side has to do something, say in the case of the Palestinians, they have to act against terror. They must arrest, interrogate and imprison terrorists, their commanders, their supporters and those that instigated murders. That is the second phase where I would say they must dismantle terrorist organizations, such as Hamas, Islamic Jihad, the Popular Front, Democratic Front and of course all the security/terrorist organizations, they are all involved in terror, they must be dismantled. The third thing they must do, is to collect all illegal weapons, to hand it to a third party and destroyed. Then I would say they must educate towards peace, and of course complete cessation of incitement. [...] and then if there is complete quiet, and there is a full cessation of violence and terrorist activities, Israel will be ready to recognize a non-military, fully demilitarized Palestinian State without final borders.

Pode-se perceber que esta é a segunda vez que Sharon fala sobre a criação de um Estado palestino desmilitarizado. Isto pode significar insegurança frente a criação de um Estado para os palestinos enquanto eles possuírem armamento.

Em 11 de maio de 2003, na Conferência de Imprensa Estrangeira, ao lado Ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin L. Powell, Ariel Sharon reafirma que o Estado de Israel está pronto para fazer duras concessões, desde que elas não comprometam a segurança de sua população.

I said very clearly, and I have repeated it many times that for genuine, durable real peace, Israel will be ready to make painful concessions. I emphasize as well, that when it comes to security, the security of the citizens of Israel, and the security of the State of Israel, Israel will not be able to make any concessions and there are not any compromises when its comes to security, not now and not in the future. The Jews are having one tiny, small country. No country with many tenants, but a tiny small country and the only place in the world where the Jews are having the right and the capability to defend themselves by themselves. That is our duty and we are going to preserve it.

Em 29 de julho de 2003, após encontro com o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, Sharon faz uma declaração apresentando algumas ações realizadas pelo Estado de Israel para minimizar os ataques terroristas feitos pelos palestinos. Sharon então comenta sobre o *Security Fence*, que, como o nome diz, consiste na construção de um muro de segurança para proteger os israelenses dos ataques terroristas. Ele também fala sobre os postos avançados não autorizados e o congelamento dos assentamentos israelenses em algumas áreas da região. As ações apresentadas, farão parte do *Disengagement Plan*, como será apresentado mais a frente.

We had talk today, where we examined ways to advance the peace process between us and our Palestinian neighbors. In this context, a number of issues came up: the security fence which we are forced to construct in order to defend our citizens against terror activities, the removal of unauthorized outposts and the freezing of settlements in Judea and Samaria³⁷. [...] the security fence will continue to be build, with every effort to minimize the infringement on the daily life of the Palestinian population. Unauthorized outpost will be removed as required in a law-abiding country. We will continue to discuss all these issues both directly and through our bureaus, which maintain close contact.

Em 27 de outubro de 2003, no Discurso para os Membros do Parlamento Europeu, Sharon fala sobre o *Roadmap*. Como pode-se observar abaixo, o *Roadmap* possui alguns dos pontos já apresentados neste trabalho, a criação de um Estado palestino após o fim de toda violência, terror e incitação contra Israel.

The plan and its sequence are sensible and implementable, and can bring solution to the conflict with the Palestinians. It is the only plan and the only sequence that can succeed, and we will take every possible step to promote it. The plan calls for progress in stages, and within stages, based upon performance. [...] Past experience has proven that only such a gradual approach has any hope of success. In the first phase, there must be a complete cessation of terror, violence and incitement, and terrorist infrastructures must be dismantled. Unless this infrastructure is dismantled, the key to progress will lie in the hands of the extremists, who will exploit every opportunity to sabotage the process. Their ideology is to destroy the State of Israel. The second phase envisions steps by both parties to restore confidence and create the conditions for living together, side-by-side. As I have proposed, in this second phase, Israel would be willing to recognize a Palestinian State with provisional borders. Finally, the third phase calls for discussions on final status issues.

Em 18 de dezembro de 2003, na Quarta Conferência Herzliya, Sharon afirma ser o *Roadmap* o único plano político aceito por Israel, pelos palestinos, pelos

³⁷ Estas são duas regiões presentes em Israel. A Judéia encontra-se ao sul do Estado e a Samaria no Centro.

americanos e pela maioria da comunidade internacional. Além disso, ele enfatiza que a segurança é a única saída para a paz entre os povos, e que, se os palestinos continuarem a ignorar as etapas do *Roadmap*, Israel iniciará um plano de segurança unilateral.

The Roadmap is the only political plan accepted by Israel, the Palestinians, the Americans and a majority of the international community. We are willing to proceed toward its implementation: two states Israel and a Palestinian State living side by side in tranquility, security and peace. [...] The concept behind this plan is that only security will lead to peace. And in that sequence. Without the achievement of full security within the framework of which terror organizations will be dismantled it will not be possible to achieve genuine peace, a peace for generations. This is the essence of the Roadmap. [...] However, if in a few months the Palestinians still continue to disregard their part in implementing the Roadmap then Israel will initiate the unilateral security step of disengagement from the Palestinians.

Neste mesmo discurso, Sharon fala sobre o plano unilateral de segurança, denominado *Disengagement Plan*. Como dito anteriormente, o *Disengagement Plan* não é definido como plano para a paz, pois, diferente do *Mitchell Report* e do *Roadmap*, não estabelece, diretamente, as obrigações que os palestinos devem cumprir para se obter a paz e a aceitação de Israel para a criação do Estado palestino. Dessa forma, o *Disengagement Plan*, tem como objetivo separar Israel dos territórios ocupados pelos palestinos, retirando as forças de segurança israelenses da região.

The purpose of the Disengagement Plan is to reduce terror as much as possible, and grant Israeli citizens the maximum level of security. The process of disengagement will lead to an improvement in the quality of life, and will help strengthen the Israeli economy. [...] The Disengagement Plan will include the redeployment of IDF forces along new security lines and a change in the deployment of settlements, which will reduce as much as possible the number of Israelis located in the heart of the Palestinian population. We will draw provisional security lines and the IDF will be deployed along them. Security will be provided by IDF deployment, the security fence and other physical obstacles. The Disengagement Plan will reduce friction between us and the Palestinians. [...] I would like to emphasize: the Disengagement Plan is a security measure and not a political one.

Apesar de não ser considerado um plano político, mas um plano de segurança, o *Disengagement Plan* pode ser considerado como política de exceção, pois, além de haver discursos onde os palestinos são definidos como inimigos dos israelenses e por, várias vezes ser dito que o Estado de Israel lutará por seu direito

de existir, é dito que este plano é a última saída do governo israelense para a diminuição dos ataques terroristas.

A partir de 2004, os discursos sobre segurança recaem diretamente no *Roadmap*, no *Disengagement Plan* e no *Security Fence*, que como veremos, faz parte das ações do *Disengagement Plan*.

Em discurso à Imprensa Estrangeira, em 11 de janeiro de 2004, Sharon fala, novamente, sobre as etapas necessárias para que o Estado palestino seja aceito. Primeiro, é preciso haver segurança, para Israel. Depois que isto ocorrer, serão feitas negociação para a aceitação de um Estado palestino sem fronteiras permanentes e, por último, é que um Estado com fronteiras permanentes será reconhecido.

If they will be willing to come, the first stage will be discussed, and that is security. If it will be quiet, and life will be normal, then we will start the political side of the negotiations. In this political side of the negotiations, I suggested that in the second stage, if it is quiet of course, Israel will recognize a Palestinian state, with no final borders yet. If relations will develop and it will be quiet, then we will come to the third stage, where the final borders between Israel and the Palestinians will have to be discussed and agreed upon.

Em 31 de março de 2004, Sharon fala, na Conferência Anual Hi-tech, sobre várias ações unilaterais que o Estado de Israel poderia realizar em busca da paz e da segurança. Além disso, Sharon apresenta as ações a serem tomadas pelo *Disengagement Plan*, como por exemplo, a construção de um obstáculo físico para evitar a penetração dos terroristas e defender os cidadãos de Israel.

[...] the Disengagement Plan, which is the right thing for Israel to do: establishing a security line along which the IDF will be deployed, in areas essential for Israel's defense; erecting a physical obstacle which assists in the defense of Israeli citizens and makes the penetration of terrorists to large population centers more difficult; withdrawal from areas which will clearly not be under Israeli control in any future permanent agreement and which are sources of great friction between Israelis and Palestinians, such as the Gaza Strip; and obtaining the political support of our friends around the world, headed by the United States, for the plan.

Em 22 de abril de 2004, em seu discurso ao Knesset, Sharon fala sobre o *Disengagement Plan*, delimitando, mais uma vez, os princípios que regem o plano.

The plan is based on principles I have already presented in the past: the establishing of a security line, in critical areas, along which the IDF will be deployed to protect Israel; a determined and sustained war against terrorist organizations and their leaders; the erection of a physical

obstacle - the Security Fence - which contributes to the defense of Israel's citizens and makes it difficult for terrorists to penetrate large population centers; relocation of communities in areas which will clearly not be under Israeli control in any future permanent arrangement - the communities in the Gaza Strip and four communities in Northern Samaria; Reducing friction between Israelis and Palestinians; and ensuring political support for the plan from our friends around the world, first and foremost the United States.

Em encontro com Dr. Javier Solana³⁸, em 22 de julho de 2004, Sharon esclarece que o *Disengagement Plan* e o *Roadmap* são planos diferentes, mas não excludentes. Segundo Sharon, mesmo não sendo parte do *Roadmap*, o *Disengagement Plan* pode auxiliar na sua retomada. Além disso, Sharon faz uma ressalva, que o *Roadmap* não será implementado se Arafat continuar no poder.

[...] the Disengagement Plan is not a part of the Roadmap, but can pave the way back to the Roadmap, on condition that the Palestinians fulfill their commitments. I would have preferred to have a partner with whom we could implement the Roadmap, but as long as Arafat is there, it will not happen.

Na sessão de abertura do Knesset, em 11 de outubro de 2004, Sharon fala novamente sobre o *Roadmap*, desta vez o foco está no não cumprimento das etapas do plano pelos palestinos, que, como já exposto, impossibilita os possíveis acordos para a paz. Sharon também afirma que, quanto mais os palestinos demorarem para cumprirem as delimitações impostas por Israel, mais a comunidade internacional e os Estados Unidos irão acreditar que não há progresso com uma negociação política.

Israel adheres to its support of the Roadmap, which is the only plan to enable progress toward a viable political agreement. This plan compels the Palestinians to take a series of practical steps towards the eradication of terrorism and a fundamental governmental reform, before progress can be achieved toward political negotiations. To date, the Palestinians have done nothing to abide by their commitments under the Roadmap. On the contrary - they have increased the terror attacks, the violence and incitement in every sector, and have refrained from promoting reforms. The blame for the political deadlock and their inability to progress toward a realization of their national aspirations rests solely on their shoulders. Israel is interested in renewing the political negotiations under the Roadmap. However, as long as the Palestinians continue to evade all the commitments made to us, the United States and the international community, regarding the fight against terrorism and comprehensive reform, there can be no progress on the political negotiations.

³⁸ Foi Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, entre 1999 e 2009.

Nos discursos de 2005, o *Roadmap* e o *Disengagement Plan* continuam sendo o foco dos discursos de segurança. Em discurso após encontro com o presidente George Bush, em 11 de abril de 2005, Sharon fala novamente sobre as vantagens e a necessidade do *Disengagement Plan* para a diminuição do terror, o aumento da segurança e da qualidade de vida dos israelenses.

The plan [...] was a unilateral decision driven by a need to reduce terror as much as possible and grant Israeli citizens maximum security. The process of this disengagement will strengthen Israel, improve the quality of life for Israeli citizens, reduce the friction between us and the Palestinians, and can pave the way for the implementation of the Roadmap.

Sharon também fala neste discurso sobre o *Roadmap*. Repetindo que só após os palestinos cumprirem com sua obrigação de lutar contra o terror, é que eles voltarão às negociações do *Roadmap*. Além disso, ele acredita que a implementação do *Disengagement Plan*, poderá fazer com que as negociações do *Roadmap* sejam retomadas.

The Roadmap is the only plan which sets the political agenda between us and the Palestinians. Only after the Palestinians fulfill their obligations, primarily a real fight against terrorism and the dismantling of its infrastructure, can we proceed toward negotiations based on the Roadmap. I hope that this phase will arrive soon. Implementation of the disengagement plan has the potential of paving the way toward the Roadmap.

Em 22 de maio de 2005, em discurso aos Líderes Judeus Americanos, Sharon fala sobre o direito de Israel se defender de qualquer ameaça, e de ter fronteiras defensíveis e seguras. Fala também sobre os possíveis acordos de fronteiras com os palestinos, afirmando que não haverá retorno às fronteiras de 1967³⁹. Além disso, ele reafirma o *Roadmap* como único acordo político capaz de estabelecer acordo entre os palestinos e o Estado de Israel.

Israel' right to defend itself by itself against any threat, and to have secure and defensible borders; the major Israeli population centers in Judea and Samaria will remain part of Israel under any permanent agreement; there will be no return to the 1967 borders; and there will be no entry of Palestinian refugees into Israel. We also agreed that the Roadmap will be the only political plan toward an agreement between Israel and the Palestinians. Israel is a peace-seeking country. I said in the past and I say it also today: I am

³⁹ Quando Sharon fala sobre as fronteiras de 1967 ele refere-se às fronteiras inicialmente delimitadas pela Organização das Nações Unidas, pois, neste mesmo ano iniciou-se a Guerra dos Seis Dias, quando Israel tomou posse de alguns territórios destinados aos palestinos.

willing to make painful compromises for genuine, durable, real peace. I think that the entire world can now see how hard such compromises are. There is one thing on which we will not make any compromises, not now and not in the future, and that is our security.

Na Conferência da AIPAC, em 24 de maio de 2005, Sharon expressa esperanças em relação ao novo representante da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas⁴⁰, e afirma que Israel e os palestinos ainda se encontram em uma fase pré-*Roadmap*. Sharon também reafirma que fará tudo o possível pela paz, desde que suas ações não comprometam a segurança de Israel.

However, in this pre-Roadmap phase - and we are still in the pre-Roadmap phase - we see great opportunities in the election of Chairman Mahmoud Abbas. We hope he will be able to lead his people and create a democratic law-abiding society that will build its institutions, undergo a broad reform process, fight terrorism and dismantle the infrastructure and dismantle the terrorist organizations. Israel does not intend to lose this opportunity. We will do our utmost to cooperate with the new Palestinian leadership and will take the needed measures to help Chairman Abbas. We are willing to help Chairman Abbas as much as we can, as long as we do not risk our security. That is the red line.

Em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de setembro de 2005, Sharon fala que, após o desengajamento com os palestinos é a vez deles mostrarem que estão realmente interessados na paz e cumprirem os pontos presentes nos vários acordos para a paz.

Now it is the Palestinians' turn to prove their desire for peace. The end of Israeli control over and responsibility for the Gaza Strip allows the Palestinians, if they so wish, to develop their economy and build a peace-seeking society, which is developed, free, law-abiding, and transparent, and which adheres to democratic principles. The most important test the Palestinian leadership will face is in fulfilling their commitment to put an end to terrorism and its infrastructures, eliminate the anarchic regime of armed gangs, and cease the incitement and indoctrination of hatred towards Israel and the Jews.

Além disso, Sharon explica a necessidade da construção do *Security Fence*, afirmando que o muro é indispensável para a segurança dos israelenses.

[...] Israel will know how to defend itself from the horrors of terrorism. This is why we built the security fence, and we will continue to build it until it is completed, as would any other country defending its citizens. The security fence prevents terrorists and murderers from arriving in city centers

⁴⁰ Abbas foi eleito após a morte de Yasser Arafat, em novembro de 2004.

on a daily basis and targeting citizens on their way to work, children on their way to school, and families sitting together in restaurants. This fence is vitally indispensable. This fence saves lives!

Na Conferência Anual de Gestão de Israel, em 29 de setembro de 2005, Sharon fala sobre os benefícios do *Disengagement Plan*, como a redução do nível de terror, o aumento da segurança pessoal dos cidadãos israelenses e até a estabilidade econômica.

The implementation of the Disengagement Plan, in addition to our determined struggle against terror, yielded fruit in all fields. Israel's international standing improved immensely since the implementation of the plan. We brought about a significant reduction in the level of terror, and increased the personal security of the citizens of Israel. The international markets view the Disengagement Plan as a step which will lead to security and economic stability, which creates movement of capital to the Israeli economy and a sharp increase in foreign investment.

Em sua última entrevista antes do derrame, em três de janeiro de 2006, Sharon fala sobre o Estado palestino, alegando que deseja resolver este problema, mas que o terror sofrido por Israel por quase 120 anos impossibilita a aceitação de um Estado para os palestinos e que este sentimento deve ser o mesmo para países que tiveram que encarar o terror imposto a civis, crianças e mulheres.

About the Palestinian state, I would like very much to solve this problem and establish really different relations between us and Palestinians. But Israel has been facing Arab terror for over 120 years. We are not ready to accept and I don't see any other countries in the world that would have been ready to face terror, mostly against civilian population, babies and women and children.

Observando os discursos de Sharon, percebe-se que a definição dos palestinos como inimigos do Estado de Israel está presente ao longo dos cinco anos em que ele esteve no poder, principalmente em seus discursos de segurança, presentes nos planos para a paz, como o *Mitchell Report* e o *Roadmap*. É esta continuidade nos discursos de segurança e na definição dos palestinos como inimigos que dão legitimidade às políticas de exceção, como o *Disengagement Plan* e o *Security Fence*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se em quase todos os discursos do ex-Primeiro-Ministro de Israel, Ariel Sharon, que os israelenses são representados como um povo que deseja a paz acima de tudo, que vive sobre uma grande ameaça e que precisa se defender constantemente para permanecer vivo. Em contrapartida, os palestinos são vistos como um povo que se utiliza do terror e da violência, como forma de expressar o seu descontentamento com a existência do Estado de Israel.

Outra constante presente na grande maioria dos discursos de Sharon é a afirmação de que o governo de Israel só cogitará um acordo de paz com os palestinos ou seu representante, a Autoridade Palestina, quando eles acabarem com todos os ataques terroristas, a violência e a incitação contra Israel. Sharon chega a exigir uma reforma política completa na Autoridade Palestina, uma reestruturação na forma de ensino e o fim das propagandas contra Israel na mídia utilizada pelos palestinos. Além disso, também é exigido que os palestinos entreguem todo armamento de fogo para que possa ser destruído por um terceiro país.

Em grande parte dos discursos as questões de segurança estão sempre ligadas às questões de paz. De acordo com os discursos de Sharon, só haverá paz quando houver segurança para o Estado de Israel e sua população. Sharon deixa patente em seus discursos que ele sempre buscará a paz, mesmo que seja preciso fazer duras concessões, porém, em nenhuma hipótese, as tentativas para se alcançar a paz serão aceitas se houver risco à segurança dos israelenses.

Em 2001 Sharon apresenta o *Mitchell Report*, que, como vimos, é um plano para a paz que estabelece diretrizes a serem cumpridas pelos palestinos, a fim de que a paz tão desejada entre os dois povos possa ser alcançada. Neste mesmo ano, os discursos sobre segurança ficam mais acalorados por causa do ataque terrorista ao World Trade Center, em 11 de setembro. Nesse período, as acusações realizadas por Sharon, referentes à culpa pelo terror e violência sofridos por Israel, recaem sobre Yasser Arafat, o líder da Autoridade Palestina, que chega a ser comparado com Osama Bin-Laden.

Os discursos sobre a criação do Estado palestino aparecem em 2002 e são repetidos nos anos subsequentes. Nestes discursos, o Estado de Israel só aceitará a

criação do Estado palestino como última etapa dos planos para a paz. Desse modo, Israel só aceitará o Estado palestino quando os palestinos acabarem com os ataques terroristas, a violência e a incitação contra Israel, além de entregarem suas armas à um terceiro país, que são os Estados Unidos, e fazerem uma reforma política, educacional e midiática.

Em 2003 mais um plano para a paz é apresentado, o *Roadmap*. Este plano tem como principal objetivo estabelecer etapas para que a paz na região seja restaurada. Diferente do *Mitchell Report*, o *Roadmap* estabelece que, ao cumprirem as principais etapas propostas no plano, os palestinos poderão se reunir com o governo de Israel e discutirem sobre a delimitação das fronteiras permanentes entre o Estado de Israel e o futuro Estado palestino.

Neste mesmo ano, são apresentadas duas ações que foram classificadas como políticas de exceção, o *Disengagement Plan* e o *Security Fence*. Apesar de Ariel Sharon classificar o *Disengagement Plan* como uma ação de segurança e não política, ele pode ser entendido como política de exceção porque é implementado como uma maneira de assegurar a existência do Estado de Israel. De acordo com os discursos de Sharon, o *Disengagement Plan* tem o objetivo de realizar a separação entre o Estado de Israel e os palestinos, visando minimizar os ataques terroristas e, segundo Sharon, dando a possibilidade aos palestinos de se gerirem sozinhos. Dentro das ações realizadas no *Disengagement Plan*, está o *Security Fence*, que como o nome já diz, é um muro de segurança construído para separar os israelenses dos palestinos e minimizar os ataques terroristas.

O *Roadmap*, o *Disengagement Plan*, e o *Security Fence*, permanecem como tema dos discursos de segurança durante todo o restante do mandato de Sharon. Os dois últimos planos foram duramente criticados pela comunidade internacional durante o período de implementação. Porém, Sharon manteve seu posicionamento de que as duas ações eram necessárias, pois, além de auxiliarem o início do *Roadmap*, também auxiliavam na diminuição da crise econômica e traziam mais segurança para os israelenses.

Como pôde-se perceber ao longo do presente trabalho as contribuições da perspectiva pós-positivista na disciplina das Relações Internacionais demonstram como os discursos são essenciais para a compreensão das diferentes dinâmicas da política internacional.

Observa-se que a construção da identidade dos palestinos como inimigos de Israel legitima todos os discursos de segurança e as políticas de exceção do governo de Ariel Sharon. Como pode-se observar, sempre que os palestinos são mencionados eles logo são associados ao terror, violência e incitação contra o Estado de Israel. Além disso, a aceitação para a criação do Estado palestino está sempre ligada às obrigações e deveres que os palestinos devem cumprir, que são o fim do terror, violência e incitação contra Israel, para que os acordos de paz possam ser iniciados.

É importante ressaltar que, apesar de citar o terrorismo inúmeras vezes, não é objetivo deste trabalho apresentar embasamento teórico para delimitar o que é ou não considerado como tal. Também não é objetivo deste trabalho argumentar se as ações dos palestinos podem ou não ser consideradas terroristas. Ao tratar-se sobre o terrorismo tem-se como único objetivo apresentar os argumentos utilizados por Ariel Sharon para caracterizar as ações dos palestinos e legitimar seus discursos de segurança e políticas de exceção.

Apesar de não estar explícito nos discursos, pode-se perceber que a criação do Estado palestino ameaça, de certa forma, a segurança do Estado de Israel. Isto pode ser observado ao notar que, quando Sharon comenta sobre a criação do Estado palestino ele sempre coloca como condição para a aceitação deste o fim de todo terror, da violência e da incitação contra Israel. Além disso, em dois discursos apresentados no último ponto, Sharon deixa claro de que aceitará um Estado palestino desde que este seja desmilitarizado e que as organizações que pregam o fim de Israel sejam eliminadas. Outro fator importante para esta análise é a definição dos palestinos como inimigos de Israel, uma vez que, enquanto os israelenses se sentirem ameaçados pelos palestinos eles não aceitarão a criação de um Estado palestino.

É importante ressaltar que este trabalho não tem intenção de esgotar todas as possibilidades de análise sobre o tema. De acordo com os preceitos pós-positivista, um mesmo tema pode ser analisado de diferentes formas. Assim, este trabalho apresenta apenas uma das várias análises possíveis que podem ser realizadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Mariana O. **Contribuições do pensamento pós-positivista para a teoria das relações internacionais: a questão identidade**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BURKE, Antony. Postmodernism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford University Press, NY, 2008, p. 258-377.
- CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, Tim [et all]. **International Relations Theories: Discipline and diversity**. 2ª edição, Oxford University Press, NY, 2007, p. 213-237.
- CAMPBELL, David. **Global Inscription: How foreign Policy Constitutes the United States**. *Alternatives: Global, Local, Political*, vol. 15, n. 3 (Summer 1990), p. 263-286.
- DEVETAK, Richard. Postmodernism, In: SCOTT, Burchill [et all]. **Theories of International Relations**. 3ª edição, Palgrave Macmillan, NY, 2005, p.161-187.
- EDKINS, Jenny. Poststructuralism, In: GRIFFITHS, Martin (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Routledge, NY, 2007, p. 88-98.
- GEORGE, Jim. Thinking beyond International Relations: Postmodernism – reconceptualizing theory as practice, In: GEORGE, Jim. **Discourses of Global Politics**. A critical (re)introduction to international relations. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994, p. 191-219.
- FERNANDES, Aline L. S. **Desconstrução: a influência do pensamento derridiano nas teorias pós-estruturalistas de relações internacionais – dicotomia inside/outside**. Monografia apresentada no Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.
- GOMES, Aureo. **Análise de Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens**. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, Nº 2, 2011, p. 642-676.
- HANSEN, Lene. **Reconstructing desecuritisation: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it**. *Review of International Studies*. British International Studies Association. Primeira publicação online, 30 de novembro 2011.
- HANSEN, Lene. **Civilizational Politics and the ‘Third’ Balkan War**. *Journal of Peace Research*, Vol.37, No. 3 (May, 2000), p. 345-362.
- HANSEN, Lene. **Slovenian Identity: State-Building on the Balkan Border**. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 21. No. 4 (Oct.-Dec. 1996), p. 473-495.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Disponível em: <<http://mfa.gov.il/MFA/PressRoom/Pages/default.aspx>> Acesso em: 23 de junho de 2014.

KIMMERLING, Baruch. **Politicide**: The real legacy of Ariel Sharon, 2ª edição, New York/London: Verso, 2006.

LEITE, Lucas. **O Discurso como objeto de estudo e instrumento metodológico nas Relações Internacionais**. Monções: Revista de Relações Internacionais da Universidade Federal Grande Dourados, Vol. 1, No 1. UFGD, Mato Grosso do Sul, Jan/Jun de 2012, p. 182-207.

MENDES, Cristiano Garcia. **A Construção do Conceito de Terrorismo**: análise dos discursos do ex-primeiro-ministro britânico Toni Blair. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**: Correntes e debates. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SILVA, Maria A. S. M. **Sobre a análise do discurso**. Revista de Psicologia da Unesp, 4(1), 2005, p. 16-40.

SMITH, Steve. The contested concept of security, In: BOOTH, Ken (ed.). **Critical Security Studies and World Politics**, Lynne Rienner Publishers, 2005, p. 27-61.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, vol. 2, n.3, 2000, p. 374-402.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond, In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (ed.). **International Theory: Positivism & Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 11-44.

WALKER, R. B. J. The subject of Security. In: KRAUS, K.; WILLIAMS, M. (ed.). **Critical Security Studies**, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 61-91.

WALKER, R. B. J. **Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics**. Alternatives: Global, Local, Political. Vol. 15. No. 1 (Winter 1990), p. 3-27.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside**: International Relations as Political Theory, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1995.